



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GOVERNO - MUNICÍPIO

2024



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA

JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal de Águia Branca

MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES
Controladora Geral do Município
OAB/ES 29.295 – Decreto nº 9.245/2021

FABIANE DALLAFINA MATOSAK GUARESQUE
Auditora Pública Interna
CRC ES – 018478/O-5

2024



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

**MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE
A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GOVERNO - MUNICÍPIO**

Emitente: Unidade Central de Controle Interno de Águia Branca

Entidade: Município de Águia Branca

Gestor responsável: Jailson José Quiuqui

Exercício: 2024

1. RELATÓRIO

Em cumprimento as determinações contidas na IN TCEES 68/2020, e o disposto no que preconiza os artigos 70 e 74 da Constituição Federal, e o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, apresentamos o Relatório e Parecer Conclusivo do Órgão de Controle Interno – RELOCI sobre as Contas de Governo do exercício financeiro de 2024 da Entidade – Município de Águia Branca.

O presente relatório compõe a opinião acerca da Prestação de Contas Anual Consolidada, sob responsabilidade do Gestor, Exmo. Jailson José Quiuqui, o qual respondeu no exercício de 2024 pela Entidade – Município de Águia Branca, conforme estabelece a Instrução Normativa 68/2020 e suas alterações do TCEES.

Desta forma, em cumprimento a Instrução Normativa Interna nº 04/2014, que trata das normas relativas à elaboração de Parecer Conclusivo sobre as contas anuais, referente ao exercício financeiro 2024, a Entidade encaminhou a esta Controladoria Geral, as peças contábeis da Prestação de Contas Anual - Consolidada para análise.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

1.1. INTRODUÇÃO

Observando o que dispõe no artigo 74 da Constituição Federal de 1988¹, em conjunto com o descrito no artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, essa Unidade Central de Controle Interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

¹ Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de: (...) II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; (...) IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

TABELA REFERENCIAL 1 – INSTRUÇÃO NORMATIVA 68/2020 DO TCEES

1. ITENS DE ABORDAGEM PRIORITÁRIA

1.1 Gestão fiscal, financeira e orçamentária

Ponto de Controle 1.1.3 – Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.1.3	Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo.	Listagem razão do plano de contas – Sistema Público de Contabilidade – orçamentário e contábil LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.836/2023	CRFB/88, art. 168.	Avaliar se os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, foram transferidos pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, em duodécimos.	Análise da Listagem de Pagamentos no Sistema de Contabilidade Pública com o demonstrativo do total de repasses de duodécimo mensal ao Poder Legislativo em cumprimento à data limite. Conta contábil: 351120100002 – Duodécimo – Câmara Municipal	Conta contábil: 351120100002 – Duodécimo – Câmara Municipal Valor Total de repasse de Duodécimos do Poder Executivo para o Poder Legislativo no exercício de 2024: R\$2.642.809,87 Data de Repasse mensal: 19/01/2024: R\$ 220.235,32 20/02/2024: R\$ 220.235,32 20/03/2024: R\$ 220.235,32 19/04/2024: R\$ 220.235,32 20/05/2024: R\$ 220.235,32 20/06/2024: R\$ 220.235,32 19/07/2024: R\$ 220.235,32 16/08/2024: R\$ 220.235,32 20/09/2024: R\$ 220.235,32 18/10/2024: R\$ 220.235,32 19/11/2024: R\$ 220.221,53 18/12/2024: R\$ 220.235,14



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						Valor previsto a título de duodécimo na Lei Orçamentária Anual: R\$ 3.120.000,00 (Art. 3º da Lei nº 1.836/2023 – Lei Orçamentária Anual)
--	--	--	--	--	--	--

Em conformidade ao art. 168 da Constituição Federal, verifica-se que foram repassados mensalmente pelo Poder Executivo Municipal ao Poder Legislativo Municipal a título de duodécimos no exercício de 2024, o valor médio mensal de R\$ 220.235,32 (duzentos e vinte mil e duzentos e trinta e cinco reais e trinta e dois oitavo centavos) em cumprimento a data-limite mensal, totalizando repasse anual de duodécimos em R\$ 2.642.809,87 (dois milhões seiscentos e quarenta e dois mil oitocentos e nove reais e oitenta e sete centavos).

1.2 Gestão Previdenciária

Ponto de Controle 1.2.13 – Equilíbrio financeiro do RPPS – Ingressos e desembolsos						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.2.13	Equilíbrio financeiro do RPPS – Ingressos e desembolsos	Processo nº 2903/2024 BALFIN – Balanço Financeiro - RPPS BALEXOR – Balancete Orçamentário da Receita - RPPS BALVER – Balancete de	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º.	Verificar a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações do RPPS em cada exercício financeiro.	Análise Financeira do RPPS BALFIN - RPPS Receitas Orçamentárias: R\$ 9.590.746,67 BALEXOR - RPPS Receitas Orçamentárias: R\$ 9.590.746,67	Análise Financeira do RPPS BALFIN - RPPS Receitas Orçamentárias: R\$ 9.590.746,67 BALEXOR - RPPS Receitas Orçamentárias: R\$ 9.590.746,67



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		Verificação – Consolidado			BALVER – Consolidado 3.5.1.3.2.02.01 - RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA: R\$ 0,00	BALVER – Consolidado 3.5.1.3.2.02.01 - RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA: R\$ 0,00
		DEMVAP – Demonstrativo de variações patrimoniais - RPPS			DEMVAP - RPPS Rendimentos de Aplicações financeiras: R\$ 3.106.288,03	DEMVAP - RPPS Rendimentos de Aplicações financeiras: R\$ 3.106.288,03
		BALVER – Balancete de Verificação - RPPS			BALVER – Consolidado 4.4.5.2.1.00.00 - REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS – CONSOLIDAÇÃO: R\$ 3.106.288,03	BALVER – Consolidado 4.4.5.2.1.00.00 - REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS – CONSOLIDAÇÃO: R\$ 3.106.288,03
		BALEXOD – Balancete Orçamentário da despesa RPPS			BALVER - RPPS Cobertura do Déficit Atuarial – Contribuição suplementar – Fundo em capitalização – Intra OFSS R\$ 3.073.112,04	BALVER - RPPS Cobertura do Déficit Atuarial – Contribuição suplementar – Fundo em capitalização – Intra OFSS R\$ 3.073.112,04
					BALVER – Consolidado 4.5.1.3.2.02.05 - COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL – CONTRIBUIÇÃO SUPLEMENTAR - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - INTRA OFSS: R\$ 3.073.112,04	BALVER – Consolidado 4.5.1.3.2.02.05 - COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL – CONTRIBUIÇÃO SUPLEMENTAR - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - INTRA OFSS: R\$ 3.073.112,04
					BALEXOD - RPPS Despesas empenhadas: R\$ 6.345.745,78	BALEXOD - RPPS Despesas empenhadas: R\$ 6.345.745,78



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					Valor de insuficiência financeira: R\$ 2.934.399,18	Valor de insuficiência financeira: R\$ 2.934.399,18
--	--	--	--	--	---	---

Análise financeira do RPPS	
Receitas	
(+) Receitas Orçamentárias	9.590.746,67
(+) Cobertura de Déficit Financeiro – Fundo em Capitalização (Aporte do ente)	0,00
(-) Rendimentos de Aplicações financeiras	3.106.288,03
(-) Receita para amortização de déficit atuarial – Contribuição suplementar – Fundo em Capitalização	3.073.112,04
(-) Despesas empenhadas	6.345.745,78
(=) Insuficiência financeira	(2.934.399,18)

Fonte: BALFIN-RPPS; DEMVAP-RPPS; BALEXOD-RPPS; BALEXOR-RPPS; BALVER-RPPS; BALVER-consolidado

Consoante a análise do Processo nº 2903/2024, ao qual foram verificados mensalmente a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações do RPPS em cada exercício financeiro através dos Relatórios encaminhados pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos, obteve-se resultado final de insuficiência financeira no valor de R\$ 2.935.289,43 (dois milhões novecentos e trinta e cinco mil e duzentos e oitenta e nove reais e quarenta e três centavos).

Contudo, da análise dos demonstrativos BALVER – Balancete de Verificação, BALFIN – Balanço Financeiro, DEMVAP – Demonstrativo das Variações Patrimoniais, BALEXOR – Balancete Orçamentário da Receita e BALEXOD – Balancete Orçamentário da despesa da unidade gestora do RPPS, em conjunto com dados constantes no BALVER – Balancete de Verificação Consolidado, apurou-se no exercício



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

de 2024, o valor de insuficiência financeira de R\$ 2.934.399,18 (dois milhões novecentos e trinta e quatro mil trezentos e noventa e nove reais e dezoito centavos).

Desse modo, conclui-se pela não equivalência entre receitas e despesas do RPPS no exercício financeiro, isto é, o RPPS apresentou insuficiência financeira reduzindo a formação de reservas com a utilização do rendimento de aplicações financeiras e as receitas destinadas a amortização do déficit atuarial.

Ponto de Controle 1.2.14 – Equilíbrio financeiro e atuarial Plano de Equacionamento						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.2.14	Equilíbrio financeiro e atuarial – Plano de equacionamento	Processo nº 2903/2024 <u>Lei Municipal nº 522/2002;</u> <u>Lei Municipal nº 523/2002;</u> RELCUST – Relatório de plano de custeio e plano de benefícios do RPPS Lei Municipal nº 1.789/2023 Lei Municipal nº 1.861/2024	CRFB/88, art. 40; LC 101/2000, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º	Avaliar, no RPPS onde for verificado desequilíbrio financeiro e atuarial, se estão sendo instituídas medidas com vistas ao reequilíbrio, com base em modificação do plano de custeio normal e/ou suplementar.	<u>Lei Municipal nº 522/2002;</u> <u>Lei Municipal nº 523/2002;</u> Equilíbrio Atuarial – Medidas adotadas Lei Municipal nº 1.789/2023 aprovada em 19.04.2023; <u>Segurados:</u> Alíquota: 14% Patronal: Alíquota: 17% Custo Especial: Alíquota: 29,80%	<u>Lei Municipal nº 522/2002;</u> <u>Lei Municipal nº 523/2002;</u> Equilíbrio Atuarial – Medidas adotadas Lei Municipal nº 1.789/2023 aprovada em 19.04.2023; <u>Segurados:</u> Alíquota: 14% Patronal: Alíquota: 17% Custo Especial: Alíquota: 29,80%



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					<p>Lei Municipal nº 1.861/2024 aprovada em 27/02/2024; – Dispõe sobre a reavaliação atuarial/2024, institui o plano de amortização para o equacionamento do déficit atuarial, altera a alíquota de contribuição previdenciária devida pelo município ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS e mantém a alíquota de contribuição previdenciária devida pelo segurado, aposentado e pensionista, e dá outras providências.</p> <p><u>Segurados:</u> Alíquota: 14%</p> <p>Patronal: Alíquota: 28%</p> <p>Custo Especial: Alíquota: 40%</p> <p>Análise do arquivo RELCUST para avaliar se foram adotadas medidas para reequilíbrio do RPPS</p> <p>Equilíbrio Financeiro – Medidas adotadas Não foram verificadas medidas adotadas pela Unidade gestora – Prefeitura Municipal de Águia Branca</p>	<p>Lei Municipal nº 1.861/2024 aprovada em 27/02/2024; – Dispõe sobre a reavaliação atuarial/2024, institui o plano de amortização para o equacionamento do déficit atuarial, altera a alíquota de contribuição previdenciária devida pelo município ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS e mantém a alíquota de contribuição previdenciária devida pelo segurado, aposentado e pensionista, e dá outras providências.</p> <p><u>Segurados:</u> Alíquota: 14%</p> <p>Patronal: Alíquota: 28%</p> <p>Custo Especial: Alíquota: 40%</p> <p>Análise do arquivo RELCUST para avaliar se foram adotadas medidas para reequilíbrio do RPPS</p> <p>Equilíbrio Financeiro – Medidas adotadas Não foram verificadas medidas adotadas pela Unidade gestora – Prefeitura Municipal de Águia Branca</p>
--	--	--	--	--	--	--



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					para cobertura do Déficit Financeiro do RPPS no exercício de 2024. Ofícios encaminhados ao ente mantenedor com a respectiva cobrança de adoção de medidas: OFÍCIO/CGM/113/2024 OFÍCIO/CGM/133/2024 OFÍCIO/CGM/144/2024 OFÍCIO/CGM/150/2024 OFÍCIO/CGM/010/2025	para cobertura do Déficit Financeiro do RPPS no exercício de 2024. Ofícios encaminhados ao ente mantenedor com a respectiva cobrança de adoção de medidas: OFÍCIO/CGM/113/2024 OFÍCIO/CGM/133/2024 OFÍCIO/CGM/144/2024 OFÍCIO/CGM/150/2024 OFÍCIO/CGM/010/2025
--	--	--	--	--	---	---

Considerando análise contábil realizada no Processo nº 2903/2024, apurou-se que o Instituto de Previdência - ÁGUA BRANCA PREV apresenta desequilíbrio financeiro no exercício de 2024 no valor de R\$ 2.934.399,18 (dois milhões novecentos e trinta e quatro mil trezentos e noventa e nove reais e dezoito centavos). Registra-se que **NÃO** foram realizadas transferências financeiras pelo ente municipal para fins de cobertura de Déficit financeiro do RPPS. Desse modo, durante o exercício financeiro o RPPS encaminhou Ofícios ao Município (ente mantenedor) com apuração mensal do Déficit financeiro, bem como com a solicitação de cobertura do valor apurado a título de insuficiência financeira do RPPS.

No tocante ao Déficit Atuarial, foi regulamentado o Plano de Amortização destinado ao equacionamento do déficit atuarial incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos, instituído por Lei Municipal nº 1.861/2024.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA CONTROLADORIA GERAL

Denota-se em análise aos dispositivos legais, que o Instituto de Previdência adotou medidas com vistas ao reequilíbrio atuarial, com o aumento da alíquota patronal de 17% em 2023, para 28% em 2024, além do aumento da alíquota de custos especiais de 29,80% em 2023, para 40% em 2024, conforme tabela de equacionamento do Déficit Atuarial da Lei que dispõe sobre a Reavaliação Atuarial no ano de 2024.

Depreende-se ainda, que as Leis nº 522/2002 e 523/2002, respectivamente, regulamentam o Plano de Custeio do ÁGUA BRANCA PREV, e a criação do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Águia Branca.

1.3 Gestão Patrimonial

Ponto de Controle 1.3.1 – Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis registro contábil compatibilidade com inventário						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis registro contábil compatibilidade com inventário.	Balanço Patrimonial – BALPAT de cada unidade gestora Balanço Patrimonial – BALPAT – Consolidado Inventário de Bens Móveis – INVMOV de cada UG; Inventário de Bens Imóveis – INVIMO de	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96, NBC TSP 4, 7 a 10, IN TC 36, Anexo único, item 7,8,9, 15, 16 e 18	Verificar se foi levantado o inventário anual dos bens em estoque, móveis, imóveis e se os registros patrimoniais foram evidenciados no Balanço Patrimonial, bem como se foram evidenciados os registros patrimoniais das variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Saldo de valores da classe dos bens móveis do imobilizado constante no ativo não circulante do Balanço Patrimonial – BALPAT-Consolidado, são idênticos a soma dos valores dos Inventário Anual de bens móveis – INVMOV das UG's. Saldo de valores da classe dos bens imóveis do imobilizado constante no ativo não circulante do Balanço Patrimonial – BALPAT-Consolidado são idênticos a soma dos valores dos	BALPAT- Consolidado Valor total do Imobilizado dos bens móveis: R\$ 30.626.320,75 Valor total do Imobilizado dos bens imóveis: R\$ 74.578.611,32 Valor total do Imobilizado dos bens intangíveis: R\$ 0,00



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		cada UG; Inventário de Bens Intangíveis – INVINT de cada UG			Inventário Anual de bens imóveis – INVIMO das UG's. Saldo de valores da classe dos bens intangíveis do imobilizado constante no ativo não circulante do Balanço Patrimonial – BALPAT-Consolidado são idênticos a soma dos valores dos Inventário Anual de bens intangíveis – INVINT das UG's. Saldo de valores da depreciação na classe dos bens móveis e imóveis do imobilizado constante no ativo não circulante do Balanço Patrimonial – BALPAT-Consolidado são idênticos ao saldo total dos valores de depreciação de bens móveis e imóveis das UG's.	Valor de Depreciação do Imobilizado de bens móveis: R\$ 12.032.266,35 Valor de Depreciação do Imobilizado de bens imóveis: R\$ 2.001.156,81
--	--	--	--	--	---	--

Inventários de bens (UG's)	Prefeitura Municipal de Água Branca	Câmara Municipal de Água Branca	Fundo Municipal de Saúde	Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Água Branca	Soma dos valores das UG's	Município de Água Branca - Consolidado
Bens Móveis	R\$ 27.015.215,81	R\$ 240.511,54	R\$ 3.169.802,73	R\$ 200.790,67	R\$ 30.626.320,75	R\$ 30.626.320,75
Depreciação bens móveis	R\$ 10.777.909,18	R\$ 27.489,03	R\$ 1.212.971,13	R\$ 13.897,01	R\$ 12.032.266,35	R\$ 12.032.266,35
Bens Imóveis	R\$ 65.146.756,74	R\$ 1.718.865,27	R\$ 6.437.326,60	R\$ 1.275.662,71	R\$ 74.578.611,32	R\$ 74.578.611,32
Depreciação bens imóveis	R\$ 1.860.678,59	R\$ 13.441,82	R\$ 119.886,67	R\$ 7.149,73	R\$ 2.001.156,81	R\$ 2.001.156,81
Intangíveis	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Fonte: Inventários Anuais de bens das UG's; BALPAT-Consolidado.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.3.3 – Disponibilidades – financeiras depósito e aplicação em instituições financeiras oficiais

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação em instituições financeiras Oficiais	Extrato Bancário em 31/12/2024 – EXTBAN das UG's Termo de Verificação de Disponibilidade – TVDISP das UG's	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Analisando o Termo de Verificação de Disponibilidades – TVDISP de todas as UG's em confronto com os extratos bancários do final do exercício, verifica-se que as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Registra-se que as análises foram realizadas na PCA-Contas de Gestão de cada unidade gestora, sendo verificada que as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.

Ponto de Controle 1.3.4 – Disponibilidades – financeiras depósito e aplicação – confirmação externa

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.3.4	Disponibilidades - financeiras depósito e aplicação - confirmação externa	Termo de Verificação de Disponibilidade – TVDISP das UG's Extrato bancário em 31/12/2024 – EXTBAN	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados	As demonstrações contábeis, quais sejam, Termo de Verificação de Disponibilidades, Demonstrativo de Fluxo de Caixa, Extratos bancários, em confronto com os dados das demonstrações contábeis do	TVDISP – Soma dos extratos bancários final do exercício de 2024 Total: R\$ 96.511.220,48 BALPAT: Ativo Circulante – caixa e equivalente de caixa,



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		das UG's Balanço Financeiro – BALFIN Balanço Patrimonial - BALPAT Demonstração dos Fluxos de Caixa - DEMFCA		em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	Consolidado – Contas de Governo evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e de aplicações financeiras. No tocante ao Balanço Patrimonial e Balanço Financeiro, verifica-se a não contabilização de “investimentos e aplicações temporárias a curto e longos prazos – RPPS”, tendo em vista a alteração na estrutura do Balanço Financeiro conforme IPC06 – Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro 2024.	somado aos investimentos e aplicações: R\$ 50.068.107,17 BALFIN: Saldo para o exercício seguinte – caixa e equivalente de caixa: R\$ 50.068.107,17 DEMFCA: Apuração do fluxo de caixa do período – caixa e equivalente de caixa final: R\$ 96.511.220,48
--	--	--	--	---	--	--

	Prefeitura Municipal de Águia Branca	Câmara Municipal de Águia Branca	Fundo Municipal de Saúde	Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Águia Branca	Soma dos valores das UG's	Município de Águia Branca - Consolidado
Soma dos Saldo de Extratos bancários de cada UG / TVDISP	R\$ 45.969.072,81	R\$ 0,00	R\$ 3.359.339,29	R\$ 47.182.808,38	R\$ 96.511.220,48	
BALPAT - Ativo Circulante – caixa e equivalente de caixa	R\$ 45.969.072,81	R\$ 0,00	R\$ 3.359.339,29	R\$ 47.182.808,38	R\$ 96.511.220,48	R\$ 50.068.107,17
BALFIN: Saldo para o exercício seguinte – caixa e equivalente de caixa	R\$ 45.969.072,81	R\$ 0,00	R\$ 3.359.339,29	R\$ 739.695,07	R\$ 50.068.107,17	R\$ 50.068.107,17
DEMFCA: Apuração do fluxo de caixa do período – caixa e equivalente de caixa	R\$ 45.969.072,81	R\$ 0,00	R\$ 3.359.339,29	R\$ 47.182.808,38	R\$ 96.511.220,48	R\$ 96.511.220,48

Fonte: Prestação de Contas Anual – EXTBAN, TVDISP, BALPAT, BALFIN, DEMFCA de cada UG / BALPAT, BALFIN e DEMFCA-Consolidado.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.3.5 – Dívida ativa e demais créditos tributários – conciliação do demonstrativo com as demonstrações contábeis						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.3.5	Dívida ativa e demais créditos tributários conciliação do demonstrativo com as demonstrações contábeis	Quadro auxiliar ao demonstrativo da Dívida Ativa – DEMDATA – da Conta de Gestão - Prefeitura Demonstrativo de dívida ativa em cobrança judicial e extrajudicial - DEMDAT – da Conta de Gestão – Prefeitura Balancete de Verificação – BALVER - Consolidado Balanço Patrimonial – BALPAT - Consolidado	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores inscritos em dívida ativa tributária e não tributária.	Conforme evidenciado no Balancete de Verificação – BALVER, no Balanço Patrimonial – BALPAT, no Quadro auxiliar ao demonstrativo da Dívida Ativa - DEMDATA, e no Demonstrativo de dívida ativa cobrança judicial e extrajudicial – DEMDAT, o saldo final da dívida ativa tributária informada no DEMDAT evidencia integralmente os valores inscritos em dívida ativa tributária constante nos demonstrativos BALVER e BALPAT, assim como consta do Valor Atual da Dívida Ativa Tributária constante do arquivo DEMDATA. O Município de Águia Branca não possui dívida ativa não tributária.	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA: Valor Atual em Dívida Ativa Tributária: R\$ 1.054.121,82 Valor Anterior em Dívida Ativa Tributária: R\$ 875.533,70 Movimentação de Dívida Ativa Tributária em 2024: - Acréscimo de Débito R\$178.588,12 - Acréscimo de Crédito R\$ 63.830,03 - Descontos R\$ 234,34 - Cancelamentos: R\$ 310,26 (Prescrição) - Baixas: R\$ 0,00 DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA: A Unidade Gestora não possui dívida ativa não tributária.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						BALPAT: Ativo Circulante Dívida Ativa Tributária: R\$ 1.054.121,82 Dívida Ativa Não tributária R\$ 0,00 BALVER: Conta contábil 1.1.2.5.0.00.00 – Dívida Ativa Tributária: R\$ 1.054.121,82
--	--	--	--	--	--	--

Ponto de Controle 1.3.6 – Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.3.6	Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular	Processo de Auditoria nº 5260/2024	LC 101/2000, art. 11	Avaliar se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa e dos demais créditos tributários de competência do ente da federação.	Processo de Auditoria nº 5260/2024 avaliou se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa tributária municipal por meio de protestos e execução fiscal no exercício de 2024. Durante a análise realizada verificou-se que o Setor Tributário Municipal e o Setor de Procuradoria Jurídica não promoveram a cobrança regular da Dívida Ativa Municipal. Valor de Dívida Ativa Tributária no final do exercício de 2024: R\$ 1.054.121,82 Em análise do Demonstrativo de	Processo de Auditoria nº 5260/2024 avaliou se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa tributária municipal por meio de protestos e execução fiscal no exercício de 2024. Durante a análise realizada verificou-se que o Setor Tributário Municipal e o Setor de Procuradoria Jurídica não promoveram a cobrança regular da Dívida Ativa Municipal. Valor de Dívida Ativa Tributária no final do exercício de 2024: R\$ 1.054.121,82 Em análise do Demonstrativo de dívida ativa em cobrança judicial e extrajudicial



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

				<p>dívida ativa em cobrança judicial e extrajudicial – DEMDAT e Quadro auxiliar ao Demonstrativo de dívida ativa em cobrança judicial e extrajudicial - DEMDATA, denota-se que não foi realizado no exercício de 2024 a cobrança de dívida ativa extrajudicial e judicial.</p> <p>Da Análise do DEMDAT e DEMDATA, consignou-se que:</p> <p>Valor Atual em Dívida Ativa Tributária final de 2024: R\$ 1.054.121,82</p> <p>Valor Anterior em Dívida Ativa Tributária: R\$ 875.533,70</p> <p>Aumento da Dívida Ativa Tributária em 2024: R\$ 178.588,12</p>	<p>– DEMDAT e Quadro auxiliar ao Demonstrativo de dívida ativa em cobrança judicial e extrajudicial - DEMDATA, denota-se que não foi realizado no exercício de 2024 a cobrança de dívida ativa extrajudicial e judicial.</p> <p>Da Análise do DEMDAT e DEMDATA, consignou-se que:</p> <p>Valor Atual em Dívida Ativa Tributária final de 2024: R\$ 1.054.121,82</p> <p>Valor Anterior em Dívida Ativa Tributária: R\$ 875.533,70</p> <p>Aumento da Dívida Ativa Tributária em 2024: R\$ 178.588,12</p>
--	--	--	--	---	---

Consoante análise realizada através do Processo de Auditoria nº 5260/2024, verifica-se que a Prefeitura Municipal de Águia Branca não promoveu a cobrança regular da Dívida Ativa Municipal no exercício de 2024. Durante os procedimentos de Auditoria realizados verificou-se a ausência de rotina de cobrança extrajudicial da Secretaria Municipal de Finanças, no envio das certidões de dívida ativa tributária para protesto e a falha no procedimento de cobrança extrajudicial adotado pelo Setor de Tributação Municipal. Além disso, verificou-se a ausência de rotina de ajuizamento de ações de Execução Fiscal dos créditos inscritos em Dívida Ativa pelo Setor de Procuradoria Jurídica Municipal, o que pode



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

ocasionar a Prescrição do Crédito Tributário, a potencial perda de arrecadação, ante a omissão de utilização de recurso legal e a possibilidade do ente público não atender a efetiva arrecadação prevista no art. 11, caput, da LRF.

Nesses termos, consoante o não atendimento da disposição legal, foram encaminhadas proposições de melhoria a Unidade Gestora com a finalidade de que adote medidas suficientes a efetivação da cobrança regular da Dívida Ativa Municipal.

Ponto de Controle 1.3.7 – Obrigações contraídas no último ano de mandato						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.3.7	Obrigações contraídas no último ano de mandato	Processo de Auditoria nº 5114/2024 Demonstrativo de restos a pagar – DEMRAP Demonstrativo dos Fluxos de Caixa – DEMFCA Relação de Restos a pagar processados e não processados - Sistema de Contabilidade Pública RGF - Demonstrativo de Disponibilidade de	LC 101/2000, art. 42.	Avaliar se o titular do Poder contraiu, nos dois últimos quadrimestres do seu mandato, obrigações que não puderam ser cumpridas integralmente dentro dele, ou que tiveram parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem suficiente disponibilidade de caixa.	Análise dos seguintes arquivos: Demonstrativo de restos a pagar – DEMRAP, Demonstrativo dos Fluxos de Caixa – DEMFCA, Relação de Restos a pagar processados e não processados - Sistema de Contabilidade Pública e, RGF - Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa e dos Restos a pagar – ANEXO V. Consoante a análise dos demonstrativos verifica-se que a Unidade Gestora dispõe de disponibilidade de caixa líquida suficiente para cumprir com as obrigações financeiras contraídas no exercício financeiro de 2024, bem como as do exercício anterior, levando em consideração a fonte de	Demonstrativo de restos a pagar – DEMRAP Saldo de restos a pagar não processados: R\$ 6.696.883,22 Saldo de restos a pagar processados: R\$ 100.202,00 Relação de Restos a pagar processados e não processados - Sistema de Contabilidade Pública Saldo de restos a pagar não processados: R\$ 6.696.883,22 Saldo de restos a pagar processados: R\$ 100.202,00 Demonstrativo dos Fluxos de Caixa – DEMFCA Caixa e equivalente de caixa: R\$ 45.969.072,81



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		Caixa e dos Restos a pagar – ANEXO V			recursos de cada obrigação, restando no exercício de 2024 uma disponibilidade de caixa líquida na ordem de R\$ 39.116.286,86.	RGF - Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa e dos Restos a pagar – ANEXO V Disponibilidade de caixa bruta: R\$ 45.969.072,81 Disponibilidade de caixa líquida: R\$ 39.116.286,86
--	--	--------------------------------------	--	--	---	--

1.4 Limites constitucionais e legais

Ponto de Controle 1.4.1 – Educação – aplicação mínima						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.1	Educação aplicação mínima	Relatório Resumido de Execução Orçamentária - ANEXO 8 Relatório Automatizado do Demonstrativo no sistema Cidades	CRFB/88, art. 212, Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 69 e Instrução Normativa TC 76/2021	Avaliar se a aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino atingiu o limite de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Análise do Demonstrativo das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE – Anexo 08 do RREO Apuração do percentual de Limite Constitucional da receita proveniente de impostos e transferências aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino. Validação dos dados com o cálculo automatizado do Demonstrativa do Cidades na PCA.	Valor aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino no 6º Bimestre/2024 R\$ 13.460.608,56 Percentual de aplicação: 28,20%



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Segundo determinação contida no art. 212 da Constituição Federal, e no art. 69 da Lei nº 9.394/1996, verifica-se que o Município de Águia Branca aplicou o montante de R\$ 13.460.608,56 (treze milhões quatrocentos e sessenta mil seiscentos e oito reais e cinquenta e seis centavos), correspondente a 28,20% da receita resultante de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino no exercício de 2024, atendendo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, conforme tabela abaixo:

Destinação de recursos:	Valor:
a) Receitas provenientes de impostos	R\$ 4.690.800,50
b) Receitas provenientes de transferências	R\$ 43.047.095,23
c) Base de cálculo para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino (a+b)	R\$ 47.737.895,73
d) Valor aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino	R\$ 13.460.608,56
e) % de aplicação (d*100/c)	28,20%

Fonte: RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária – Anexo 08. Relatório Automatizado do Demonstrativo no sistema Cidades.

Ponto de Controle 1.4.2 – Educação – remuneração dos profissionais do magistério						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.2	Educação – remuneração dos profissionais do magistério	Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO – ANEXO 08 Relatório Automatizado do Demonstrativo no sistema Cidades	CRFB/88, art. 212-A, inciso XI	Avaliar se foram destinados, no mínimo, 70% dos recursos do FUNDEB ao pagamento de profissionais da educação básica em efetivo exercício. No	Análise do Demonstrativo das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE – FUNDEB (Anexo 08 – RREO) Apuração do limite de gastos com remuneração dos profissionais da educação	Valor aplicado no pagamento de profissionais da educação básica em efetivo exercício no ano de 2024: R\$ 8.889.044,35 Percentual de aplicação: 70,61% Apuração do percentual do limite de gastos com remuneração dos profissionais da educação básica no exercício de 2024:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

				caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	básica no exercício de 2024.	1º Bimestre: 66,99% 2º Bimestre: 65,30% 3º Bimestre: 66,48% 4º Bimestre: 66,30% 5º Bimestre: 67,11% 6º Bimestre: 70,61%
--	--	--	--	---	------------------------------	--

Ponto de Controle 1.4.3 – Educação – pertinência						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.3	Educação - Pertinência	Listagem de pagamentos no período de 01/01/2024 a 31/12/2024 Fonte de Recursos 150000250000 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS – MDE	Lei nº 9.394/1996 (LDB), arts. 70 e 71 e Lei 14.113/2020 (Fundeb)	Avaliar se as despesas consideradas como aplicação na manutenção e no desenvolvimento do ensino atenderam as disposições contidas nos artigos 70 e 71 da Lei 9.394/1996 (LDB) e Lei 14.113/2020 (Fundeb), observando, inclusive, o tratamento dispensado às transferências de recursos para os fundos financeiros dos regimes próprios de previdência (repasse financeiro para cobertura de déficit previdenciário), os quais não devem ser considerados para fins de aplicação	Consulta ao Sistema Informatizado de Contabilidade Pública quanto as despesas empenhadas e pagas que foram classificadas na Fonte de Recursos 150000250000 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS – MDE Em análise à listagem de pagamentos disponível no sistema informatizado de contabilidade pública que foram considerados como aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino e efetivados com a receita de impostos e de transferência de impostos, evidencia-se que foram atendidas as disposições contidas nos artigos 70 e 71 da Lei nº 9.394/1996 (LDB) e Lei 14.113/2020 (Fundeb).	Listagem de pagamentos no período de 01/01/2024 a 31/12/2024 Fonte de Recursos 150000250000 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS – MDE



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.4.4 – Saúde – aplicação mínima						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.4	Saúde aplicação mínima	Relatório Resumido de Execução de Execução Orçamentária – RREO – ANEXO 12 Relatório Automatizado do Demonstrativo no sistema Cidades	CRFB/88, art. 77, inciso III, do ADCT c/c LC 141/2012, arts. 6º e 7º.	Avaliar se foram aplicados, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos equivalentes a 12% e 15%, respectivamente, pelo estado e pelos municípios, da totalidade da arrecadação de impostos e das transferências que compõem a base de cálculo conforme previsto na CRFB/88 e na LC 141/2012. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Análise do Demonstrativo das receitas e despesas com ações e serviços públicos de saúde. Apuração do percentual de Limite Constitucional da receita proveniente de impostos e transferências aplicado nas ações e serviços públicos de saúde.	Valor aplicado nas ações e serviços públicos de saúde no exercício de 2024: R\$ 8.152.851,35 Percentual de aplicação: 17,69%

Examinando o Anexo 12 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, verifica-se que o Município de Águia Branca aplicou no exercício de 2024 o percentual de 17,69% da receita resultante de impostos e transferências correspondente ao valor de R\$ 8.152.851,35 (oito milhões cento e cinquenta e dois mil oitocentos e cinquenta e um reais e trinta e cinco centavos) nas ações e serviços públicos de saúde no exercício de 2024, estando em conformidade com o que preconiza o art. 77, inciso III, do ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias cumulado com artigo 6º e 7º da Lei Complementar 141/2012, conforme tabela descritiva abaixo:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Destinação de recursos:	Valor:
a) Receitas provenientes de impostos	R\$ 4.690.800,50
b) Receitas provenientes de transferências	R\$ 41.401.268,47
c) Base de cálculo para aplicação em ações e serviços públicos de saúde (a+b)	R\$ 46.092.068,97
d) Valor aplicado em ações e serviços públicos de saúde	R\$ 8.152.851,35
e) % de aplicação (d*100/c)	17,69%

Fonte: RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária – Anexo 12. Relatório Automatizado do Demonstrativo no sistema Cidades.

Ponto de Controle 1.4.5 – Saúde – pertinência						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.5	Saúde - pertinência	Listagem de pagamentos no período de 01/01/2024 a 31/12/2024 Fonte de Recursos 160000000000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL	LC 141/2012, arts. 3º e 4º.	Avaliar se as despesas consideradas como aplicação em ações e serviços públicos de saúde atenderam as disposições contidas nos artigos 3º e 4º da LC 141/2012, observando, inclusive, o tratamento dispensado às transferências de recursos para os fundos financeiros dos regimes próprios de previdência (repasso financeiro para cobertura de déficit previdenciário), os quais não devem ser considerados para fins de aplicação.	Consulta ao Sistema Informatizado de Contabilidade Pública da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde quanto as despesas empenhadas e pagas que foram classificadas na Fonte de Recursos 160000000000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL Em análise a listagem dos pagamentos das despesas consideradas em ações e serviços públicos de saúde evidencia-se que foram atendidas as disposições contidas nos artigos 3º e 4º da Lei Complementar 141/2012.	Listagem de pagamentos no período de 01/01/2024 a 31/12/2024 Fonte de Recursos 160000000000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.4.7 – Despesas com pessoal limite						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.7	Despesas com pessoal - limite	Relatório de Gestão Fiscal (RGF) - ANEXO 1 Relatório Automatizado do Demonstrativo no sistema Cidades	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar quadrimestralmente (ou semestralmente, de acordo com a opção de divulgação do Município) se foram observados os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Análise do Relatório de Gestão Fiscal com Demonstrativo da Despesa com pessoal no Poder Executivo. Cálculo do limite de despesas totais com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida.	Receita Corrente Líquida: R\$ 75.731.672,83 Despesas totais com pessoal – Poder Executivo: R\$ 28.372.608,75 Percentual das despesas totais em relação à Receita Corrente Líquida: 37,46%

É notório que a Lei de Responsabilidade Fiscal, ao lecionar acerca das normas de finanças públicas voltadas para a gestão fiscal, leciona em seus artigos 18 a 23 sobre a limitação das despesas com pessoal pelos Poderes e Entes da Federal.

Nesse sentido, tendo em vista que o Limite referencial para as despesas de pessoal é aplicado em relação à Receita Corrente Líquida (RCL), ao verificar as informações contidas no Relatório de Gestão Fiscal – ANEXO 1, constatou-se que o gasto total com pessoal no Poder Executivo totalizou R\$ 28.372.608,75 (vinte e oito milhões trezentos e setenta e dois mil e seiscentos e oito reais setenta e cinco centavos), alcançando um percentual de 37,46% no exercício de 2024, abaixo do Limite legal de 54% da Receita Corrente Líquida, previsto no art. 20, inciso III da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme tabela descritiva abaixo:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Apuração das Despesas com Pessoal (Poder Executivo) em relação à Receita Corrente Líquida (RCL):

DESCRIÇÃO:	Valor (R\$):
a) Receita corrente líquida – RCL.	R\$ 75.731.672,83
b) Despesas totais com pessoal – Poder Executivo.	R\$ 28.372.608,75
c) % das despesas totais com pessoal em relação à RCL (b*100/a).	37,46%
d) Limite Legal 54 % da RCL (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF).	R\$ 40.895.096,65
d) Limite Prudencial 51,30 % da RCL (§ único, art. 22 da LRF).	R\$ 38.850.586,98

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal – RGF – Anexo 01. Relatório Automatizado do Demonstrativo no sistema Cidades.

Ponto de Controle 1.4.8 – Despesa com pessoal descumprimento de limites nulidade do ato						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.8	Despesas com pessoal - descumprimento de limites nulidade do ato	PESS – Declaração do Chefe do Poder Executivo Municipal para controle da despesa com pessoal. LEIPESS – Cópia das leis ou normas legais referente a pessoal.	LC 101/2000, art. 21.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas do artigo 21 da LRF.	PESS – Declaração do Chefe do Poder Executivo Municipal para controle da despesa com pessoal. LEIPESS – Cópia das leis ou normas legais referente a pessoal. Lei nº 1.856/2024 - Altera a Lei Municipal nº 665/2005 em relação a nomenclatura do cargo e Lei Municipal nº 1.513/2018 quanto aos requisitos básicos do cargo e carga horária, não resultando em	PESS – Declaração do Chefe do Poder Executivo Municipal para controle da despesa com pessoal. LEIPESS – Cópia das leis ou normas legais referente a pessoal. Lei nº 1.856/2024 - Altera a Lei Municipal nº 665/2005 em relação a nomenclatura do cargo e Lei Municipal nº 1.513/2018 quanto aos requisitos básicos do cargo e carga horária, não resultando em



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

				<p>aumento das despesas com pessoal, extinguindo a necessidade de apresentação de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF);</p> <p>Lei nº 1.862/2024 - Apresenta os requisitos dispostos no artigo 21 da LRF, contendo: Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 16 LRF) e declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF);</p> <p>Lei nº 1.869/2024 - Apresenta os requisitos dispostos no artigo 21 da LRF, contendo: Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 16 LRF) e declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira</p>	<p>aumento das despesas com pessoal, extinguindo a necessidade de apresentação de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF);</p> <p>Lei nº 1.862/2024 - Apresenta os requisitos dispostos no artigo 21 da LRF, contendo: Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 16 LRF) e declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF);</p> <p>Lei nº 1.869/2024 - Apresenta os requisitos dispostos no artigo 21 da LRF, contendo: Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 16 LRF) e declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira</p>
--	--	--	--	--	--



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF);	com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF);
--	--	--	--	--	--	--

Ponto de Controle 1.4.9 – Despesas com pessoal – aumento despesas nos últimos 180 dias do fim de mandato – nulidade do ato						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.9	Despesas com pessoal – aumento despesas nos últimos 180 dias do fim de mandato – nulidade do ato	PESS – Declaração do Chefe do Poder Executivo Municipal para controle da despesa com pessoal. LEIPESS – Cópia das leis ou normas legais referente a pessoal. Atos administrativos de nomeação de Concurso Público.	LC 101/2000, art. 21, parágrafo único.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal, expedidos nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder.	Em análise aos arquivos PESS e LEIPESS verifica-se que não foram praticados atos que provoquem aumento de despesas nos últimos 180 dias do fim de mandato. Consoante análise dos Concursos Públicos vigentes, verifica-se a nomeação de aprovados em Concurso nos últimos 180 dias do fim de mandato, contudo, os Concursos vigentes foram homologados antes do dia 04/04/2024.	PESS – Declaração do Chefe do Poder Executivo Municipal para controle da despesa com pessoal. LEIPESS – Cópia das leis ou normas legais referente a pessoal. Atos administrativos de nomeação de Concurso Público.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.4.10 – Despesas com pessoal – limite prudencial vedações

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.10	Despesas com pessoal limite prudencial vedações	Relatório de Gestão Fiscal (RGF) - ANEXO 1 Relatório Automatizado do Demonstrativo no sistema Cidades	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Se a despesa total com pessoal exceder 95% do limite máximo permitido para o Poder, avaliar se foram observadas as medidas restritivas previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF.	Análise do Relatório de Gestão Fiscal com Demonstrativo da Despesa com pessoal no Poder Executivo. Verifica-se que durante o exercício a despesa de pessoal total não excedeu o limite máximo de 95%.	Receita Corrente Líquida: R\$ 75.731.672,83 Despesas totais com pessoal – Poder Executivo: R\$ 28.372.608,75 Limite apurado: 37,46% Limite Máximo: 54% R\$ 40.895.103,33 Limite Prudencial: 51,30% R\$ 38.850.348,16

Em consulta aos dados do Relatório de Gestão Fiscal – ANEXO 1, o Município de Águia Branca, conforme descrito no item 1.4.7 não excedeu o limite prudencial com despesas com pessoal no Poder Executivo, no exercício de 2024.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.4.11 – Despesas com pessoal extrapolação do limite de providências / medidas de contenção

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.11	Despesas com pessoal extrapolação do limite providências / medidas de contenção	Relatório de Gestão Fiscal (RGF) - ANEXO 1 Relatório Automatizado do Demonstrativo no sistema Cidades	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Se a despesa total com pessoal ultrapassar o limite estabelecido no artigo 20 da LRF, avaliar se foram adotadas as medidas saneadoras previstas no artigo 23 da LRF (e 169, §§ 3º e 4º da CF/88).	Análise do Relatório de Gestão Fiscal com Demonstrativo da Despesa com pessoal no Poder Executivo.	Receita Corrente Líquida: R\$ 75.731.672,83 Despesas totais com pessoal – Poder Executivo: R\$ 28.372.608,75 Limite apurado: 37,46% Limite Máximo: 54% R\$ 40.895.103,33 Limite Prudencial: 51,30% R\$ 38.850.348,16

Analisando o Relatório de Gestão Fiscal – ANEXO 1, registra-se que, pela ausência de extrapolação do limite com gasto de pessoal descrito no item 1.4.7, não foi necessária a adoção de medidas de contenção de despesas com pessoal pelo Município de Águia Branca.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.4.12 – Despesa com pessoal – expansão de despesa – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.12	Despesa com pessoal – expansão de despesa – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO	Processo de Auditoria nº 1717/2024 LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.794/2023 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.836/2023	CRFB/88, art. 169, § 1º.	Avaliar se houve concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, inobservando a inexistência: I – de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; II – de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.	Em análise a LDO publicada para o exercício de 2024, foi verificado a disposição em seu art. 45, da indicação de prévia autorização específica para aprovação de atos normativos de despesa com pessoal no exercício de 2024. Em análise a LOA publicada para o exercício de 2024, foi verificado que esta dispõe de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes. Atos normativos com Despesa de Pessoal no exercício de 2024: Lei Municipal nº 1.856/2024 Lei Municipal nº 1.862/2024 Lei Municipal nº 1.869/2024	Art. 45 da Lei nº 1.794/2023 - Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO Lei nº 1.836/2023 – Lei Orçamentária Anual



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.4.14 – Transferências para o Poder Legislativo Municipal

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.14	Transferências para o Poder Legislativo Municipal	<u>LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.836/2023</u> Listagem razão do plano de contas – 351120100002 Sistema Público de Contabilidade – orçamentário e contábil Portal da Transparência da Câmara Municipal de Águia Branca – Repasses da Prefeitura Municipal (duodécimo) https://cmaquiabranca-es.portaltp.com.br/consultas/repasses/duodecimoCamara.aspx Balancete de Verificação - BALVER	CRFB/88, art. 29-A, § 2º.	Avaliar se os repasses ao Poder Legislativo Municipal obedeceram os dispositivos contidos no § 2º do artigo 29-A da CRFB/88.	Análise das Transferências de recursos financeiros para Câmara Municipal de Águia Branca no exercício de 2024: Previsão de repasse de duodécimo - Lei Orçamentária Anual Listagem razão do plano de contas – 351120100002 Sistema Público de Contabilidade – orçamentário e contábil Portal da Transparência da Câmara Municipal de Águia Branca – Repasses da Prefeitura Municipal (duodécimo) https://cmaquiabranca-es.portaltp.com.br/consultas/repasses/duodecimoCamara.aspx Balancete de Verificação - BALVER Programação de desembolso	Lei Orçamentária Anual (Art. 3º da Lei nº 1.836/2023) Previsão de repasse ao Poder Legislativo Municipal: R\$ 3.120.000,00 Transferência de Duodécimo no exercício de 2024: Valor Apurado: R\$2.642.809,87 Percentual: 6,92% Valor Máximo de Limite R\$ 2.673.950,58 Percentual: 7% Conta contábil: 351120100002 – Duodécimo – Câmara Municipal Valor Total de repasse de Duodécimos do Poder Executivo para o Poder Legislativo no exercício de 2024: R\$2.642.809,87 Data de Repasse mensal: 19/01/2024: R\$ 220.235,32 20/02/2024: R\$ 220.235,32 20/03/2024: R\$ 220.235,32 19/04/2024: R\$ 220.235,32



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					mensal – transferência recebida. Código Contábil: 8.2.2.1.1.02.02 Movimento no exercício: R\$2.642.809,87	20/05/2024: R\$ 220.235,32 20/06/2024: R\$ 220.235,32 19/07/2024: R\$ 220.235,32 16/08/2024: R\$ 220.235,32 20/09/2024: R\$ 220.235,32 18/10/2024: R\$ 220.235,32 19/11/2024: R\$ 220.221,53 18/12/2024: R\$ 220.235,14 Balancete de Verificação - BALVER Programação de desembolso mensal – transferências recebidas Código Contábil: 8.2.2.1.1.02.02 Movimento no exercício: R\$2.642.809,87
--	--	--	--	--	---	---

Em virtude da redação contida no art. 29-A, §2º da Constituição Federal, evidencia-se que o Município de Águia Branca, em conformidade com a Lei Orçamentária Anual, cumpriu a normativa constitucional, efetuando até a data-limite de cada mês os repasses a título de duodécimo ao Poder Legislativo no limite anual estabelecido de 7%, em conformidade com o estabelecido no art. 29-A, inciso I e §2º da Constituição Federal.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.4.15 – Dívida pública extrapolação de limite no decorrer da execução orçamentária redução do valor excedente

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.15	Dívida pública extrapolação de limite no decorrer da execução orçamentária redução do valor excedente	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º semestre – Anexo II Relatório Automatizado do Demonstrativo no sistema Cidades	LC 101/2000, art. 31 e Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	Avaliar se a dívida consolidada do Estado/Município ultrapassou o respectivo limite ao final de um quadrimestre. Em caso positivo, verificar se a mesma foi reconduzida ao seu limite até o término dos três quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.	Conforme análise da Dívida Consolidada Líquida constante do RGF, denota-se que o Município de Águia Branca não excedeu os limites da dívida pública estabelecidos no art. 3º e 4º da Resolução 40/2001 do Senado Federal no exercício de 2024, não sendo necessário adotar medidas para redução de valor excedente.	Saldo da Dívida Consolidada no Anexo II do Relatório de Gestão Fiscal não ultrapassou o limite estabelecido pela Lei Complementar 101/2000. Relatório de Gestão Fiscal (RGF) 1º Semestre: Receita Corrente líquida (RCL): R\$ 69.518.645,45 Dívida Consolidada Líquida (DCL): Limite apurado: (R\$ 54.931.296,15) Porcentagem da Dívida Consolidada Líquida sobre a RCL: 79,02% Limite Máximo permitido: R\$ 83.422.374,54 Relatório de Gestão Fiscal (RGF) 2º Semestre: Receita Corrente líquida (RCL): R\$ 75.731.672,83 Dívida Consolidada Líquida (DCL): Limite apurado: (R\$ 49.080.198,76) Porcentagem da Dívida Consolidada Líquida sobre a RCL: 64,81% Limite Máximo permitido: R\$ 90.878.007,40



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

De acordo com o Demonstrativo da Dívida Consolidada, constante do Anexo II do Relatório de Gestão Fiscal do 1º e 2º Semestre do exercício de 2024 e o Relatório Automatizado da Dívida Consolidada Líquida no CidadES, o Município de Águia Branca obedeceu à disposição do art. 31 da Lei Complementar 101/2000 e Resolução nº 40/2001 do Senado Federal quanto ao saldo da Dívida Consolidada, não ultrapassando o limite determinado pela LRF.

Ponto de Controle 1.4.16 – Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária - limite						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.16	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária limite	Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO – ANEXO 1 Relatório de Gestão Fiscal – RGF - ANEXO 4 Balanço Orçamentário – BALORC Relatório Automatizado do Demonstrativo no sistema Cidades	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 10	Avaliar se houve contratação de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício. Existindo, verificar se o saldo devedor das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária não excedeu o limite de 7% (sete por cento) da receita corrente líquida. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Da análise do RREO, RGF e BALORC, evidenciou-se que o Município de Águia Branca não efetuou Operações de Crédito no exercício de 2024.	Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO – Anexo I – Balanço Orçamentário - Operações de crédito/refinanciamentos Relatório de Gestão Fiscal – RGF – Anexo 04 - Demonstrativo das Operações de Crédito Balanço Orçamentário – BALORC - Receita de Capital - Realizadas: Operações de crédito: R\$0,00



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Segundo consta do Demonstrativo das Operações de Crédito no ANEXO 04 do Relatório de Gestão Fiscal, em conciliação com o ANEXO 01 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, e com o Demonstrativo automatizado do Cidades, apura-se que o Município de Águia Branca não efetuou Operações de Crédito no exercício de 2024.

2 ITENS DE ABORDAGEM COMPLEMENTAR

2.1 Instrumento de planejamento: Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA

Ponto de Controle 2.1.1 – LDO – compatibilidade com Plano Plurianual						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.1	LDO compatibilidade com Plano Plurianual.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.794/2023 PPA – Plano Plurianual – 2022-2025 – Lei nº 1.651/2021	CRFB/88, art. 165, § 1º.	Avaliar se as diretrizes, objetivos e metas estabelecidas na LDO estiveram compatíveis com o PPA aprovado para o exercício.	Em confronto das peças que compõe os instrumentos de planejamento – avaliou-se que as diretrizes e metas estabelecidas na LDO estão em compatibilidade com o PPA. Vale mencionar ainda, que a LDO do exercício de 2024 dispõe de forma expressa em seu art. 19 a descrição da compatibilidade das prioridades e metas com o PPA 2022/2025.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.794/2023 PPA – Plano Plurianual – 2022-2025 – Lei nº 1.651/2021 Art. 19, da Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2024.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Em avaliação realizada, apurou-se que as diretrizes, metas, e objetivos estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício de 2024 estão em compatibilidade com o Plano Plurianual 2022/2025.

Ponto de Controle 2.1.2 – LDO – limitação de empenho						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.2	LDO limitação de empenho.	LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 1.794/2023	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “b”	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II do artigo 4º, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31, todos da LRF.	Em análise a LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.794/2023, verifica-se que os artigos 25 e 44, estabelecem critérios para limitação de empenho em conformidade com a LRF.	Análise das matérias constante nos artigos 25 e 44 da Lei nº 1.794/2023 – LDO.

Em exame a Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 1.794/2023 verifica-se que consta dos artigos 25 e 44, a previsão legal de limitação de empenho, em observância as disposições contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ponto de Controle 2.1.3 – LDO – controle de custos e avaliação de resultados de programas						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.3	LDO – controle de custos e avaliação de	LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 1.794/2023	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “e”	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo normas relativas ao	Em análise a LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.794/2023, verifica-se pelo	Art. 41, <i>caput</i> e parágrafo único da Lei nº 1.794/2023 (Lei de



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	resultados de programas			controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.	artigo 41, <i>caput</i> e parágrafo único, que a LDO estabelece dispositivo de controle de custos.	Diretrizes Orçamentárias).
--	-------------------------	--	--	--	--	----------------------------

Ponto de Controle 2.1.4 – LDO – condições para transferências de recursos a entidades privadas						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.4	LDO condições para transferências de recursos a entidades privadas.	LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 1.794/2023	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “f”	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.	Em análise a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 1.794/2023, verifica-se pelo artigo 33, <i>caput</i> e parágrafo único, que a LDO estabelece condições e exigências para transferências de Recursos a entidades públicas e privadas, em conformidade com a LRF.	Art. 33, <i>caput</i> e parágrafo único da Lei nº 1.794/2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Em conformidade com o art. 4º, inciso I, alínea “f” da Lei Complementar 101/2000, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 1.794/2023, leciona em seu art. 33, *caput* e parágrafo único as condições e exigências em caso de transferências de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.1.5 – LDO – Anexo de Metas Fiscais – abrangência						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.5	LDO Anexo de Metas Fiscais abrangência	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.794/2023	LC 101/2000, art.4º, §§ 1º e 2º.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Metas Fiscais estabelecendo metas anuais relativas a receitas e despesas, resultados nominal e primário, montante da dívida pública, dentre outras informações, na forma estabelecida pela LRF.	Consoante a Lei nº 1.794/2023 – Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada para o exercício de 2024 verifica-se pela leitura do art. 7º e §§1º, 2º e 3º, e Anexo de Metas Fiscais a previsão quanto às metas anuais relativos às Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, em conformidade com a previsão legal dos §§1º e 2º, do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal.	LDO - Lei nº 1.794/2023 - Análise da matéria constante do art. 7º, e seus parágrafos. Anexo de Metas Fiscais Demonstrativo I – METAS ANUAIS 02.00.00 PARTE II ANEXO DE METAS FISCAIS 02.01.00 DEMONSTRATIVO 1 METAS ANUAIS

Consoante a Lei nº 1.794/2023 – Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada para o exercício de 2024 verifica-se pela leitura do art. 7º e §§1º, 2º e 3º, e Anexo de Metas Fiscais – Demonstrativo I (Metas Anuais), a previsão quanto às metas anuais relativos às Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, em conformidade com a previsão legal dos §§1º e 2º, do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.1.6 – LDO – Anexo de Metas Fiscais – conteúdo						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.6	LDO Anexo de Metas Fiscais conteúdo	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.794/2023 Manual de Demonstrativos Fiscais – 14ª edição – aprovado pela Portaria/STN/MF nº 699, de 07 de julho de 2023, e STN/MF nº 989, de 14 de junho de 2024	Portaria STN nº 924/2021	Avaliar se o Anexo de Metas Fiscais da LDO aprovada para o exercício contém todos os demonstrativos previstos no MDF.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.794/2023 Manual de Demonstrativos Fiscais – 14ª edição – aprovado pela Portaria/STN/MF nº 699, de 07 de julho de 2023, e STN/MF nº 989, de 14 de junho de 2024 Em análise ao Anexo de Metas Fiscais da LDO aprovada para o exercício vigente, verifica-se que foram elaborados todos os demonstrativos constantes no Manual de Demonstrativos Fiscais 14ª edição.	LDO – Lei nº 1.794/2023: Anexo de Metas Fiscais Metas Anuais – Demonstrativo I Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do exercício anterior – Demonstrativo II Metas Fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores – Demonstrativo III Evolução do Patrimônio Líquido – Demonstrativo IV Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos – Demonstrativo V Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – Demonstrativo VI Estimativa e compensação da renúncia de receita – Demonstrativo VII Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado – Demonstrativo VIII



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						Manual de Demonstrativos Fiscais – 14ª edição Demonstrativo 1– Metas Anuais (p. 80) Demonstrativo 2 – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior (p. 114) Demonstrativo 03 – Metas Fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores (p. 120) Demonstrativo 04 – Evolução do Patrimônio Líquido (p. 131) Demonstrativo 05 – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos (p. 137) Demonstrativo 06 – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS (p. 144/145) Demonstrativo 07 – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita (p. 153) Demonstrativo 08 – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (p.165)
--	--	--	--	--	--	---

Ponto de Controle 2.1.7 – LDO – Anexo de Riscos Fiscais – abrangência						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.7	LDO Anexo de Riscos	LDO – Lei de Diretrizes	LC 101/2000, art.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de	Em análise a LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.794/2023, verifica-	Lei nº 1.794/2023 - Análise da matéria constante do



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	Fiscais abrangência	orçamentárias – Lei nº 1.794/2023	4º, § 3º.	Riscos Fiscais avaliando os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso esses passivos e riscos se concretizassem.	se que a LDO contém Anexo de Riscos Fiscais avaliando os passivos contingentes e as providências a serem tomadas em caso de concretização do referido risco, conforme disciplina art. 27, <i>caput</i> e parágrafo único da LDO, em conjunto com o Anexo de Riscos Fiscais – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.	art.27, <i>caput</i> e parágrafo único 01.00.00 PARTE I ANEXO DE RISCOS FISCAIS 01.01.00 Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências
--	---------------------	---	-----------	---	--	--

Examinando a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, no Anexo de Riscos Fiscais restou constatado através do demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, a previsão de Reserva de Contingência e demais providências no exercício de 2024, caso o Município de Águia Branca identificasse possíveis riscos que afetassem as contas públicas, conforme disciplina o art. 27, *caput* e parágrafo único da Lei 1.794/2023, estando em obediência ao art. 4º, §3º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ponto de Controle 2.1.8 – LDO – Anexo de Riscos Fiscais – conteúdo						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.8	LDO Anexo de Riscos Fiscais conteúdo	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.794/2023 Manual de Demonstrativos Fiscais – 14ª edição – aprovado pela Portaria/STN/MF nº 699, de 07 de julho de 2023	Portaria STN nº 924/2021	Avaliar se o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências que integrou a LDO aprovada para o exercício contém todas as funções e informações previstas no MDF.	Em análise a LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.794/2023, Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências em confronto com as regras estabelecidas no Manual de Demonstrativos Fiscais – 14ª edição, verifica-se que o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, se encontra em conformidade com o MDF (14ª edição) editado pela STN.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.794/2023 Anexo de Riscos Fiscais – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências. Manual de Demonstrativos Fiscais – 14ª edição – aprovado pela Portaria/STN/MF nº 699, de 07 de julho de 2023, e STN/MF nº 989, de 14 de



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		2023, e STN/MF nº 989, de 14 de junho de 2024				junho de 2024
--	--	---	--	--	--	---------------

Avaliando o Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2024 em confronto com o Manual de Demonstrativos Fiscais – 14ª edição aprovado pela Portaria/STN/MF nº 699, de 07 de julho de 2023, e STN/MF nº 989, de 14 de junho de 2024 do STN, é possível verificar que a elaboração do Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências presente na LDO se encontra em conformidade com o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências constante da 14ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais.

Ponto de Controle 2.1.9 – Programação orçamentária – disponibilização de estudos e estimativas de receitas						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.9	Programação orçamentária – disponibilização de estudos e estimativas de receitas	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.794/2023	LC 101/2000, art. 12, §3º	Avaliar se o Poder Executivo colocou à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo	Em análise ao ponto de controle, verifica-se o cumprimento no exercício de elaboração da LDO, da disposição prevista no art. 24, parágrafo único da Lei 1.794/2023 c/c art. 12, §3º da Lei 101/2000.	Art. 24, parágrafo único da Lei nº 1.794/2023 Análise documental dos documentos de planejamento ao qual foram encaminhados Ofícios de comunicação ao Poder Judiciário, Ministério Público.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.1.10 – LOA compatibilidade com a LDO e com o Plano Plurianual

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.10	LOA compatibilidade com a LDO e com o Plano Plurianual.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.794/2023 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.836/2023 PPA – Plano Plurianual – 2022-2025 – Lei nº 1.651/2021 Relatório de comparativo de PPA x LDO x LOA emitido via Sistema de Contabilidade	CRFB/88, art. 165, § 7º	Avaliar se os programas de governo, projetos e atividades previstos na LOA estiveram compatíveis com a LDO e PPA.	Analisando o comparativo PPA X LDO X LOA do exercício de 2024, disponível no Sistema de Contabilidade, verificou-se que os projetos e atividades previstos na Lei Orçamentária Anual são compatíveis com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.794/2023 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.836/2023 PPA – Plano Plurianual – 2022/2025 Lei 1.651/2021 Relatório de comparativo de PPA x LDO x LOA emitido via Sistema de Contabilidade

Analisando o comparativo PPA X LDO X LOA do exercício de 2024, disponível no Sistema de Contabilidade, verificou-se que os projetos e atividades previstos na Lei Orçamentária Anual são compatíveis com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual.

Ponto de Controle 2.1.11 – LOA demonstrativo da compatibilidade dos orçamentos com objetivos e metas da LRF

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.11	LOA	LDO – Lei de Diretrizes	LC	Avaliar se o demonstrativo	Em consulta realizada	LDO – Lei de Diretrizes



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

demonstrativo da compatibilidade dos orçamentos com objetivos e metas da LRF	orçamentárias – Lei nº 1.794/2023 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.836/2023 Relatório de Compatibilização do orçamento / metas fiscais emitido pelo Sistema de Contabilidade	101/2000, art. 5º, inciso I.	de compatibilidade da programação orçamentária com os objetivos e metas estabelecidos no Anexo de Metas Fiscais, parte integrante da LDO, integrou a LOA aprovada para o exercício.	através do relatório de compatibilização do orçamento/metas fiscais, verifica-se a compatibilização do orçamento da LOA com os objetivos e metas fiscais da LDO.	orçamentárias – Lei nº 1.794/2023 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.836/2023 Relatório de Compatibilização do orçamento / metas fiscais emitido pelo Sistema de Contabilidade.
--	---	------------------------------	---	--	--

Ponto de Controle 2.1.12 – LOA – demonstrativo dos efeitos da renúncia de receita

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.12	Renúncia de Receita – demonstrativo regionalizado dos efeitos da renúncia de receita	DEMRE – Demonstrativo de Renúncia de Receitas LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.794/2023 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.836/2023	CRFB/88, art. 165, §6º, c/c LC 101/2000, art. 5º, inciso II	Avaliar se o demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões e subsídios de benefícios da natureza financeira, tributária, creditícia, bem como, das medidas de compensação a renúncia de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado integrou a LOA aprovada para o exercício.	Em análise a LDO, através do Demonstrativo 7 – Anexo de Metas Fiscais, Estimativa de Compensação de Renúncia de Receita, verifica-se que o Município de Águia Branca não realizou previsão dotação orçamentária para renúncia de receitas.	DEMRE – Demonstrativo de Renúncia de Receitas LDO – Lei Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 1.794/2023 - 02.07.00 Demonstrativo VII – Estimativa e compensação da renúncia de receita LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.836/2023



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.1.13 – LOA reserva de contingência

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.13	LOA reserva de contingência	LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 1.794/2023 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.836/2023	LC 101/2000, art. 5º, inciso III.	Avaliar se a LOA aprovada para o exercício contemplou dotação orçamentária para reserva de contingência, com forma de utilização e montante definidos e compatíveis com a LDO.	Em análise a previsão de dotação orçamentária para reserva de contingência, verificou-se que a Lei Orçamentária Anual – LOA (Lei 1.836/2023) do exercício de 2024, através do seu art. 3º e Anexo VII, contemplou dotação orçamentária para reserva de contingência no montante compatível com o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências constante da Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO.	LOA - Lei Orçamentária Anual - Art. 3º da Lei nº 1.836/2023: Anexo I - Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as categorias econômicas; Anexo II - Demonstrativo da Despesa por categoria econômica; Anexo VI – Demonstrativo do programa de trabalho de governo; Anexo VII – Demonstrativo de função subfunção e programa por categoria econômica; Anexo VII – Demonstrativo de função subfunção e programa por projeto/atividade; Anexo VIII – Demonstrativo por função, subfunção e programas conforme vínculos com recurso; Anexo IX – Demonstrativo da despesa por órgão e função; e - Demonstrativo Analítico da Despesa; - Orçamento da despesa por projeto atividade (consolidado). LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária - Art. 28 da Lei nº 1.794/2023 - Anexo de Riscos Fiscais – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Em análise a previsão de dotação orçamentária para reserva de contingência, verificou-se que a Lei Orçamentária Anual – LOA (Lei 1.836/2023) do exercício de 2024, através do seu art. 3º e anexos, contemplou dotação orçamentária para reserva de contingência no montante compatível com o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências constante da Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO.

Ponto de Controle 2.1.14 – LOA previsão de recursos para pagamentos de precatórios						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.14	LOA previsão de recursos para pagamento de precatórios	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.794/2023 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.836/2023	CRFB/88, art. 100, § 5º.	Avaliar se houve previsão na LDO e inclusão na LOA, de dotação necessária ao pagamento de débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 02 de abril, na forma do artigo 100 da CRFB/88.	Em análise a previsão de dotação orçamentária para pagamentos de precatórios, verificou-se que o Município de Águia Branca através da Lei Orçamentária Anual – LOA (Lei 1.836/2023) do exercício de 2024, através do Quadro do Detalhamento da Despesa - Projeto Atividade 004.0412200123.006 – pagamentos de sentenças judiciais devidas, realizou previsão de recursos para pagamento de precatórios. Valor previsto na LOA: R\$ 1.550.000,00 Denota-se que foram apresentados precatórios judiciais até o dia 02 de abril do exercício vigente, na forma do §5º do artigo 100 da CRFB/88. Valor de Precatórios apresentados até o dia 02/04/2023 para pagamento até o dia 31/12/2024:	LOA – Lei Orçamentária Anual (Lei nº 1.836/2023) - Demonstrativo Analítico da Despesa - Quadro do Detalhamento da Despesa Projeto Atividade 004.0412200123.0006 – pagamentos de sentenças judiciais devidas. Elemento de despesa: 33909100000 – sentenças judiciais Valor previsto: R\$ 1.550.000,00 Valor pago: R\$ 1.967.939,20 LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.794/2023, passivos contingentes – decisões judiciais no Anexo de Riscos



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					R\$ 1.766.139,37	Fiscais e Providências.
					Valor de sentenças judiciais (RPV): R\$ 201.799,83	

Conforme avaliação da Lei Orçamentária Anual – LOA, verifica-se a previsão no orçamento para fins de pagamento de débitos decorrentes de precatórios e sentenças judiciais no importe de R\$ 1.550.000,00 (um milhão quinhentos e cinquenta mil reais).

Denota-se que foram apresentados precatórios judiciais até o dia 02 de abril, na forma do §5º do artigo 100 da CRFB/88, no valor total de R\$1.766.139,37 (um milhão setecentos e sessenta e seis mil cento e trinta e nove reais e trinta e sete centavos).

Nesse sentido, considerando o valor pago no Elemento de despesa: 33909100000 – sentenças judiciais no importe de R\$1.967.939,20 (um milhão novecentos e sessenta e sete mil e novecentos e trinta e nove reais e vinte centavos), em confronto com o valor orçado na LOA, verifica-se a insuficiência de previsão orçamentária para cobertura do pagamento dos débitos judiciais no exercício.

Ponto de Controle 2.1.16 – LOA programação financeira e cronograma de desembolso						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.16	LOA programação financeira e cronograma de desembolso.	DECPRO Atos normativos – Decretos executivos	LC 101/2000, art. 8º.	Avaliar se, após publicação da LOA, foi estabelecida programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.	a) Em análise ao ponto de controle, verifica-se que no exercício de 2024 não foi elaborado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal ato normativo estabelecendo a Programação Financeira da despesa e cronograma mensal de desembolso.	Em análise ao ponto de controle, verifica-se que no exercício de 2024 não foi elaborado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal ato normativo estabelecendo a Programação Financeira da despesa e cronograma mensal de desembolso.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.1.17 – Transparência na gestão

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.17	Transparência na gestão	INCENTIVA	LC 101/2000, art. 48, parágrafo único	Avaliar se foram realizadas audiências públicas durante o processo de elaboração e discussão dos projetos de lei do PPA, da LDO e da LOA.	Em análise ao arquivo Incentiva, verifica-se o que foi realizada de Audiência Pública durante o processo de elaboração da LOA para o exercício de 2024.	INCENTIVA: Comprovante de efetivação ao incentivo à participação popular e da realização de Audiência Públicas, durante os processos de elaboração e discussão do plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária. Audiência Pública Presencial da LOA realizada no dia 26/09/2024.

2.2 Gestão Fiscal, financeira e orçamentária

Ponto de Controle 2.2.1 – Anexo de Metas Fiscais – cumprimento de metas fiscais

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.1	Anexo de Metas Fiscais cumprimento de metas fiscais.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.794/2023 LIMITA	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se, após a identificação do descumprimento de meta fiscal ao final de determinado bimestre, em decorrência da não realização de receitas,	Em análise ao cumprimento das Metas Fiscais de arrecadação prevista na LDO (Lei nº 1.794/2023), denota-se que o Município de Águia Branca, não	Anexo da PCA – LIMITA Declaração informando que o Município de Águia Branca não editou atos legais de limitação de empenho. LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - Lei nº 1.794/2023, art. 25 Disciplina a previsão de limitação de empenho (Anexo de



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária		foram adotadas as medidas de limitação de empenho movimentação financeira, nos trinta dias subsequentes.	realizou atos normativos de limitação de empenho.	Metas Fiscais). Demonstrativo I – Metas Anuais 2024 Previsão inicial: R\$ 74.500.000,00 RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária Anexo I – Balanço Orçamentário Limite de Arrecadação previsto na LDO/2023 (Previsão atualizada): Previsão Inicial: R\$ 74.500.000,00 Previsão atualizada R\$ 82.635.937,92 Valor de Arrecadação Apurado no exercício de 2024: R\$ 91.386.167,25 Superávit de Arrecadação: R\$ 8.750.229,33
--	--	--	--	--	---	--

Em análise dos documentos que compõe a Prestação de Contas Anual, verificou-se através do anexo LIMITA, que no exercício de 2024 não foram editados atos legais pela Prefeitura Municipal de Águia Branca, destinados à limitação de empenho.

Denota-se ainda, que apesar da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO disciplinar no art. 25 acerca da limitação de empenho apurou-se que a Prefeitura Municipal de Águia Branca cumpriu as metas de resultado primário e nominal do Anexo de Metas Fiscais previstas na LDO, mantendo, portanto, o equilíbrio fiscal, em obediência ao art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.2.3 – Renúncia de receitas estimativa de impacto orçamentário-financeiro

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.3	Renúncia de receitas estimativa de impacto orçamentário-financeiro.	DEMRE – Demonstrativo de Renúncia de Receitas	LC 101/2000, art. 14. art. 113 do ADCT.	Avaliar se a proposição legislativa que cria ou altera concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária que incida renúncia de receita está acompanhada da estimativa do impacto orçamentário e financeiro, no exercício em que iniciar e nos dois seguintes.	Consoante análise do Demonstrativo de Renúncia de Receitas, verifica-se que não foram aprovadas no exercício de 2024 leis de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita.	DEMRE – Demonstrativo de Renúncia de Receitas



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.2.4 – Renúncia de receitas eficácia da concessão ou ampliação do incentivo

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.4	Renúncia de receitas eficácia da concessão ou ampliação do incentivo.	DEMRE – Demonstrativo de Renúncia de Receitas LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.794/2023 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.836/2023	LC 101/2000, art. 14, §2º.	Existindo renúncia de receita cuja condição de equilíbrio tenha sido a adoção de medida de compensação, verifica-se a hipótese do inciso II, do artigo 14 da LRF, avaliar se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput do artigo 14, só entrou em vigor quando efetivamente foram implementadas as medidas de compensação.	No tocante a análise da LDO e LOA aprovadas para o exercício, verifica-se a ausência de medidas de compensação para as renúncias de receitas de legislações vigentes no Município.	DEMRE – Demonstrativo de Renúncia de Receitas Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 1.794/2023 Anexo de Metas Fiscais 02.07.00 DEMONSTRATIVO 7 – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita. Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.836/2023

Ponto de controle 2.2.13 – Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.13	Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura	DEMCAD – Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais. LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.836/2023 Processo de Auditoria nº 1716/2024	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei 4.320/64	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem	Análise realizada através do Processo de Auditoria nº 1716/2024 Os créditos adicionais suplementares se encontram previstos nos artigos 5º e 6º da	DEMCAD – Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais. Os créditos adicionais suplementares se encontram previstos nos artigos 5º e 6º



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

				indicação dos recursos correspondentes.	Lei Orçamentária Anual (Lei nº 1.836/2023). Os créditos adicionais suplementares e especiais, se encontram previstos nas seguintes Leis abaixo descritas: Lei nº 1.857/2024 Lei nº 1.867/2024 Lei nº 1.870/2024 Lei nº 1.872/2024 Lei nº 1.877/2024 Lei nº 1.892/2024 Em análise ao Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais, verifica-se que no exercício de 2024, todos créditos adicionais foram precedidos de autorização legislativa.	da Lei Orçamentária Anual (Lei nº 1.836/2023). Os créditos adicionais suplementares e especiais, se encontram previstos nas seguintes Leis abaixo descritas: Lei nº 1.857/2024 Lei nº 1.867/2024 Lei nº 1.870/2024 Lei nº 1.872/2024 Lei nº 1.877/2024 Lei nº 1.892/2024
--	--	--	--	---	---	---

Ponto de Controle 2.2.14 – Créditos adicionais – decreto executivo

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.14	Créditos adicionais – decreto executivo	DEMCAD – Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais. Decretos executivos de créditos adicionais Processo de Auditoria nº 1716/2024	Lei nº 4.320/1964, art. 42.	Avaliar se os créditos adicionais (suplementares ou especiais) autorizados por lei foram abertos mediante edição de decreto executivo.	Em análise ao Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais, verifica-se que no exercício de 2024, todos créditos adicionais foram abertos mediante Decreto Executivo.	DEMCAD - Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais. Verificação de todos os Decretos Executivos de Créditos Adicionais. Quantidade de Decretos Executivos



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						expedidos no exercício de 2024: 46 Decretos executivos
--	--	--	--	--	--	--

Ponto de Controle 2.2.17 – Autorização legislativa para instituição de fundos de qualquer natureza

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.17	Autorização legislativa para instituição de fundos de qualquer natureza	Leis e atos normativos publicados no Portal da Transparência Municipal	CRFB/88, art. 167, inciso IX.	Avaliar se houve instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.	Em análise aos atos normativos publicados, verifica-se que não foram instituídos no exercício 2024 fundos.	Leis e atos normativos publicados no Portal da Transparência Municipal

Conforme informações colhidas na Prestação de Contas Anual, e através de Consulta realizada no Portal da Transparência, no exercício de 2024 não foram estabelecidos pelo Município de Águia Branca fundos de qualquer natureza.

Ponto de Controle 2.2.21 – Transparência na gestão instrumentos de planejamento e demonstrativos fiscais

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.21	Transparência na gestão instrumentos de	Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de	LC 101/2000, art. 48 e arts.	Avaliar se foi dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, aos	Em análise ao Portal da Transparência – foram publicados, todos os instrumentos referentes ao	Portal da Transparência PPA 2022-2025 https://aguia branca.es.gov.br/documento?tipo=7



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

planejamento e demonstrativos fiscais	Águia Branca	52 a 58 da LRF.	seguintes instrumentos: PPA, LDO, LOA, Prestações de Contas Mensais e Anual, RREO e RGF, Pareceres Prévios emitidos por Órgão de Controle Interno e Externo, dentre outros. Avaliar, inclusive, se foram observadas as disposições contidas nos artigos 52 a 58 da LRF.	PPA, LDO, LOA, RREO e RGF, Balancetes mensais e Balancetes Anuais.	LDO 2024 https://aguiabranca.es.gov.br/documento/index/0?tipo=6 LOA 2024 https://aguiabranca.es.gov.br/controladoria/documento?tipo=5 RREO 2024 https://aguiabranca.es.gov.br/controladoria/pagina/ler/75/relatorio-resumido-da-execucao-orcamentaria RGF 2024 https://aguiabranca.es.gov.br/controladoria/pagina/ler/72/relatorio-de-gestao-fiscal-rgf Prestação de Contas Mensal - Balancetes mensais https://aguiabranca-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=6&tipo=6 Prestação de Contas Anual – Balancetes anuais https://aguiabranca-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=7 Relatórios do Controle Interno https://aguiabranca-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=58
---------------------------------------	--------------	-----------------	---	--	--

Em consulta realizada ao Portal da Transparência e na base de informações da Controladoria Geral, constatou-se a presença dos instrumentos LDO, LOA, PPA, RREO e RGF, Balancetes Mensais e Anuais, Parecer Prévio do Tribunal de Contas Estadual e Relatórios do Controle Interno, devidamente publicados, e em conformidade com os artigos 48, 52 a 58 da Lei Complementar 101/2000.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.2.22 – Transparência na gestão execução orçamentária

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.22	Transparência na gestão execução orçamentária	Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi objeto de divulgação, em tempo real, de informações pormenorizadas da execução orçamentária e financeira, observadas as disposições contidas no artigo 48-A da LRF.	Em análise ao Portal da Transparência, verifica-se que todas as informações referentes à execução orçamentária e financeira foram publicadas em tempo real.	Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca Execução Orçamentária da Despesa: Empenhos e favorecidos: https://aguiabranca-es.portaltp.com.br/consultas/despesas/empenhos.aspx Liquidações e favorecidos: https://aguiabranca-es.portaltp.com.br/consultas/despesas/liquidacoes.aspx Pagamentos e favorecidos: https://aguiabranca-es.portaltp.com.br/consultas/despesas/pagamentos.aspx Execução Orçamentária da Receita: Receita Realizada: http://aguiabranca-es.portaltp.com.br/consultas/receitas/execucaoreceitas.aspx Arrecadação das Receitas por Percentual: http://aguiabranca-es.portaltp.com.br/consultas/receitas/receitaspercentual.aspx



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.2.25 – Transparência na gestão – Conteúdo do RREO

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.25	Transparência na gestão – Conteúdo do RREO	Manual de demonstrativos fiscais da 14ª edição editado pela STN RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária e seus anexos https://aguia branca.es.gov.br/controladoria/pagina/ler/75/relatorio-resumido-da-execucao-orcamentaria	LC 101/2000, arts. 52 a 55. Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF)	Avaliar bimestralmente se o RREO contém todos os demonstrativos previstos no MDF.	Em atenção as normas editadas pela STN, o RREO e seus anexos se encontram em conformidade com as regras estabelecidas no MDF (14ª edição) Registra-se que todos os demonstrativos disponibilizados bimestralmente contém todos os demonstrativos do RREO.	RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária: Anexo 01 – Balanço Orçamentário Anexo 02 – Demonstrativo da Execução das despesas por função/subfunção Anexo 03 – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida Anexo 04 – Demonstrativo das receitas e despesas previdenciárias Anexo 06 – Demonstrativo do resultado primário e nominal Anexo 07 – Demonstrativo dos restos a pagar Anexo 08 – Demonstrativo das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE Anexo 12 – Demonstrativo das Receitas e Despesas com ações e serviços públicos de saúde Anexo 13 – Demonstrativo das parcerias público-privadas Anexo 14 – Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido de Execução Orçamentária RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária e seus anexos, disponíveis em: https://aguia branca.es.gov.br/controladoria/pagina/ler/75/relatorio-resumido-da-execucao-orcamentaria Publicações do RREO 1º Bimestre



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						<p>- DOM/ES - Edição nº 2.486 – pág. 08 a 34 – Data: 02/04/2024 - Portal da Transparência – Data: 30/03/2023</p> <p>2º Bimestre - DOM/ES - Edição nº 2.523 – pág. 25 a 51 – Data: 29/05/2024 - Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca – Data: 29/05/2024</p> <p>3º Bimestre - DOM/ES - Edição nº 2.558 – pág. 13 a 39 – Data: 19/07/2024 - Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca – Data: 18/07/2024</p> <p>4º Bimestre - DOM/ES - Edição nº 2.608 – pág. 04 a 30 – Data: 25/09/2024 - Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca – Data: 24/09/2024</p> <p>5º Bimestre - DOM/ES - Edição nº 2.645 – pág. 08 a 34 – Data: 19/11/2024 - Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca – Data: 02/12/2024</p> <p>6º Bimestre - DOM/ES - Edição nº 2.692 – pág. 22 a 47 – Data: 28/01/2025 - Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca – Data: 27/01/2025</p>
--	--	--	--	--	--	--



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.2.26 – Limitação para custeio de despesas

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.26	Limitação para custeio de despesas	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.794/2023 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.836/2023 Consulta em Sistema de Contabilidade Pública da Listagem de Convênios celebrados no exercício	LC 101/2000, art. 62.	Avaliar se o Município contribuiu para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação sem observar o que dispõe o artigo 62 da LRF.	Não há previsão nas leis orçamentárias – LDO e LOA do exercício vigente, acerca de contribuição de custeio de despesas a outros entes. Além disso, o Município não celebrou convênios no exercício de 2024 visando custeio de despesa com outros entes da Federação.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.794/2023 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.836/2023 Consulta em Sistema de Contabilidade Pública da Listagem de Convênios celebrados no exercício.

Partindo da premissa que a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA no exercício de 2024 não regulamentou a limitação para custeio de despesas, em consulta ao Sistema de Contabilidade Pública, apurou-se que o Município de Águia Branca não contribuiu para custeio de despesas de competência de outros entes.

Ponto de Controle 2.2.27 – Concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedade de economia mista

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.27	Concessão de privilégios fiscais	Portal da Transparência	CRFB/88, art. 173, § 2º.	Avaliar se houve concessão de privilégios fiscais para	Em análise a Legislações aprovadas no exercício de 2024, o	Inexistência de Legislação que autoriza a concessão de privilégios



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

para empresas públicas ou sociedades de economia mista.			empresas públicas ou sociedades de economia mista não extensivos ao setor privado.	Município de Águia Branca não concedeu privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista.	fiscais para empresas públicas ou sociedade de economia mista no Município de Águia Branca.
---	--	--	--	--	---

Ponto de Controle 2.2.29 – Déficit orçamentário – medida de contenção						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.29	Déficit orçamentário medidas de contenção	LIMITA Relatório de Gestão – RELGES BALORC – Balanço Orçamentário	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se foram expedidos atos de limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidas em lei, com vistas à contenção de déficit orçamentário e financeiro.	Em análise ao arquivo LIMITA, verifica-se que o Município de Águia Branca não expediu nenhum ato legal destinado a limitação de empenho. Denota-se que ao encerramento do exercício de 2024 o Município apresentou Superávit orçamentário no valor de R\$ 14.129.635,48	LIMITA - Declaração informando que o Município de Águia Branca não editou atos legais de limitação de empenho. RELGES - Relatório de Gestão BALORC Déficit Orçamentário: 0,00 Superávit orçamentário: R\$ 14.129.635,48

Em análise dos documentos que compõe a Prestação de Contas Anual, verificou-se que o Município de Águia Branca não teve déficit orçamentário no exercício de 2024, sendo assim, não foram necessárias adotar medidas de contenção, e por isso não foram expedidos atos de limitação de empenho.

Denota-se ainda, que ao encerramento do exercício de 2024 o Município apresentou Superávit orçamentário no valor de R\$14.129.635,48 (quatorze milhões cento e vinte e nove mil e seiscentos e trinta e cinco reais e quarenta e oito centavos).



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.2.3.10 – Receita Previsão Legislativa da Planta Genérica de Valores – base de cálculo do IPTU						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.3.10	Receita Previsão Legislativa da Planta Genérica de Valores – base de cálculo do IPTU	Lei Municipal nº 1.426/2017 – Código Tributário Municipal	LC 101/2000, art. 11.	Verificar se a legislação tributária municipal dispõe sobre a Planta Genérica de Valores de Imóveis para fins de lançamento do IPTU.	Em análise a Lei Municipal nº 1.426/2017, verifica-se através do art. 151, a previsão de base de cálculo do IPTU através de Planta Genérica de valores.	Art. 151 da Lei Municipal nº 1.426/2017

Ponto de Controle 2.2.3.23 – Receita – Procedimentos de cobrança administrativa dos créditos da dívida ativa						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.3.23	Receita - Procedimentos de cobrança administrativa dos créditos da dívida ativa	Processo de Auditoria nº 5260/2024	LC 101/2000, art. 11.	Verificar se o município realiza procedimentos de cobrança administrativa do crédito tributário, tal como notificação ao contribuinte devedor (carta, e-mail, telefone, mensagem de texto, carnê de IPTU) oportunizando o pagamento dos débitos ainda que de forma parcelada nos termos da legislação municipal.	Processo de Auditoria nº 5260/2024 avaliou se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa tributária municipal por meio de protestos e execução fiscal no exercício de 2024. Durante a análise realizada verificou-se que o Setor Tributário Municipal não promoveu a cobrança regular da Dívida Ativa Municipal.	Processo de Auditoria nº 5260/2024 avaliou se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa tributária municipal por meio de protestos e execução fiscal no exercício de 2024. Durante a análise realizada verificou-se que o Setor Tributário Municipal não promoveu a cobrança regular da Dívida Ativa Municipal.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					Valor Atual em Dívida Ativa Tributária final de 2024: R\$ 1.054.121,82	Valor Atual em Dívida Ativa Tributária final de 2024: R\$ 1.054.121,82
					Valor Anterior em Dívida Ativa Tributária: R\$ 875.533,70	Valor Anterior em Dívida Ativa Tributária: R\$ 875.533,70
					Aumento da Dívida Ativa Tributária em 2024: R\$ 178.588,12	Aumento da Dívida Ativa Tributária em 2024: R\$ 178.588,12

Ponto de Controle 2.2.3.24 – Receita - Procedimento de Protesto extrajudicial dos créditos da dívida ativa						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.3.24	Receita - Procedimento de Protesto extrajudicial dos créditos da dívida ativa	Processo de Auditoria nº 5260/2024	LC 101/2000, art. 11.	Verificar se até um ano após a inscrição em dívida ativa, se todos os créditos inscritos anteriormente foram protestados no Cartório Extrajudicial correspondente.	Processo de Auditoria nº 5260/2024 avaliou se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa tributária municipal por meio de protestos e execução fiscal no exercício de 2024. Durante a análise realizada verificou-se que o Setor Tributário Municipal não realizou protestos da Dívida Ativa Municipal no exercício de 2024. Valor Atual em Dívida Ativa Tributária final de 2024:	Processo de Auditoria nº 5260/2024 avaliou se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa tributária municipal por meio de protestos e execução fiscal no exercício de 2024. Durante a análise realizada verificou-se que o Setor Tributário Municipal não realizou protestos da Dívida Ativa Municipal no exercício de 2024. Valor Atual em Dívida Ativa Tributária final de 2024:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					R\$ 1.054.121,82 Valor Anterior em Dívida Ativa Tributária: R\$ 875.533,70 Aumento da Dívida Ativa Tributária em 2024: R\$ 178.588,12 Valor de Protestos da Dívida Ativa no exercício de 2024: R\$ 0,00	R\$ 1.054.121,82 Valor Anterior em Dívida Ativa Tributária: R\$ 875.533,70 Aumento da Dívida Ativa Tributária em 2024: R\$ 178.588,12 Valor de Protestos da Dívida Ativa no exercício de 2024: R\$ 0,00
--	--	--	--	--	---	---

Ponto de Controle 2.2.3.25 – Receita – Rotinas de cobrança administrativa dos créditos da dívida ativa						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.3.25	Receita - Rotinas de cobrança administrativa dos créditos da dívida ativa	Processo de Auditoria nº 5260/2024	LC 101/2000, art. 11.	Verificar se as rotinas de cobrança administrativas são reiteradas anualmente pela Administração Tributária, ainda que os créditos já estejam protestados.	Processo de Auditoria nº 5260/2024 avaliou se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa tributária municipal por meio de protestos e execução fiscal no exercício de 2024. Durante a análise realizada verificou-se que o Setor Tributário Municipal não realizou cobranças administrativas da Dívida Ativa Municipal no exercício de 2024.	Processo de Auditoria nº 5260/2024 avaliou se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa tributária municipal por meio de protestos e execução fiscal no exercício de 2024. Durante a análise realizada verificou-se que o Setor Tributário Municipal não realizou cobranças administrativas da Dívida Ativa



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					Valor Atual em Dívida Ativa Tributária final de 2024: R\$ 1.054.121,82 Valor Anterior em Dívida Ativa Tributária: R\$ 875.533,70 Aumento da Dívida Ativa Tributária em 2024: R\$ 178.588,12	Municipal no exercício de 2024. Valor Atual em Dívida Ativa Tributária final de 2024: R\$ 1.054.121,82 Valor Anterior em Dívida Ativa Tributária: R\$ 875.533,70 Aumento da Dívida Ativa Tributária em 2024: R\$ 178.588,12
--	--	--	--	--	---	--

Ponto de Controle 2.2.3.26 – Receita – Verificação do valor mínimo e ajuizamento de execução fiscal para cobrança de dívida ativa						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.3.26	Receita - Verificação do valor mínimo e ajuizamento de execução fiscal para cobrança da dívida ativa.	Processo de Auditoria nº 5260/2024	LC 101/2000, art. 11.	Verificar se o município faz ajuizamento de ação de execução fiscal sobre créditos do mesmo contribuinte que ultrapassem o valor mínimo definido para cobrança judicial. Para tanto, devem ser considerados todos os créditos do mesmo contribuinte inscritos em dívida ativa, mesmo que sejam referentes a diferentes tributos ou exercícios.	Processo de Auditoria nº 5260/2024 avaliou se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa tributária municipal por meio de protestos e execução fiscal no exercício de 2024. Durante a análise realizada verificou-se que a Procuradoria Jurídica Municipal não promoveu execuções fiscais da Dívida Ativa Municipal no exercício de 2024.	Processo de Auditoria nº 5260/2024 avaliou se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa tributária municipal por meio de protestos e execução fiscal no exercício de 2024. Durante a análise realizada verificou-se que a Procuradoria Jurídica Municipal não promoveu execuções fiscais da Dívida Ativa Municipal no exercício de 2024.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.2.3.29 – Transparência na gestão – divulgação dos demonstrativos fiscais (RGF)

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.3.29	Transparência na gestão – divulgação dos demonstrativos fiscais (RGF)	Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca RGF - Relatório de Gestão Fiscal e seus anexos. https://aguiabranca.es.gov.br/controladoria/pagina/ler/72/relatorio-de-gestao-fiscal-rgf Diário Oficial dos Municípios - DOM/ES	LC 101/2000, arts. 48, 55 e 63.	Avaliar se houve divulgação ampla e tempestiva do RGF, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.	Em análise ao Portal da Transparência e ao Diário Oficial dos Municípios (DOM/ES), verifica-se que foram publicados, todos os anexos referentes ao Relatório de Gestão Fiscal.	Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca RGF - Relatório de Gestão Fiscal e seus anexos, disponíveis em: https://aguiabranca.es.gov.br/controladoria/pagina/ler/72/relatorio-de-gestao-fiscal-rgf 1º Semestre - DOM/ES - Edição nº 2.563 – pág. 13 a 19 – Data: 25/07/2024 - Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca – Data: 24/07/2024 2º Bimestre - DOM/ES - Edição nº 2.692 – pág. 15 a 21 – Data: 28/01/2025 - Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca – Data: 30/01/2025

Ponto de Controle 2.2.3.30 – Transparência na gestão – Conteúdo do RGF

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.3.30	Transparência na gestão – Conteúdo do	RGF - Relatório de Gestão Fiscal e seus anexos. https://aguiabranca.es.gov.br/	LC 101/2000, arts. 55 e Manual de Demonstrativos	Avaliar quadrimestralmente (ou semestralmente, de acordo com a opção de	Em atenção as normas editadas pela STN, o RGF e seus anexos se encontram	Manual de Demonstrativos Fiscais - Relatório de Gestão Fiscal: Anexo 1 – Demonstrativo de Despesa



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	RGF	controladoria/pagina/ler/72/relatorio-de-gestao-fiscal-rgf	Fiscais (MDF)	divulgação do Município), se o RGF contém todos os demonstrativos previstos no MDF.	em conformidade com as regras estabelecidas no MDF (14ª edição) Registra-se que todos os demonstrativos do RGF disponibilizados bimestralmente contém todos os demonstrativos do MDF https://aguiabranca.es.gov.br/controladoria/pagina/ler/72/relatorio-de-gestao-fiscal-rgf	com pessoal Anexo 2 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida Anexo 3 – Demonstrativo das garantias e contragarantias de valores Anexo 4 – Demonstrativo das operações de crédito Anexo 5 – Demonstrativo da Disponibilidade de caixa e dos restos a pagar Anexo 6 – Demonstrativo Simplificado do Relatório de gestão fiscal RGF - Relatório de Gestão Fiscal e seus anexos, disponíveis em: https://aguiabranca.es.gov.br/controladoria/pagina/ler/72/relatorio-de-gestao-fiscal-rgf
--	-----	---	---------------	---	--	--

2.3 Gestão Patrimonial

Ponto de Controle 2.3.1 – Passivos contingentes – reconhecimento de precatórios judiciais						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.3.1	Passivos Contingentes – reconhecimento de precatórios judiciais	Balanco patrimonial – BALPAT RELPRE – Relação consolidada dos precatórios judiciais	CRBF/88, art.100 /Lei nº4.320/64, arts. 67 e 105 c/c NBC TSP Estrutura	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial, observando-se as rubricas previstas no PCASP. E se os passivos contingentes estão sendo devidamente reconhecidos e	Conforme evidenciado no Balanço Patrimonial – BALPAT, não foi realizado a contabilização dos precatórios judiciais devidos no passivo circulante e não-circulante.	Conforme evidenciado no Balanço Patrimonial – BALPAT, não foi realizado a contabilização dos precatórios judiciais devidos no passivo circulante e não-circulante.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

			Conceitual, item 3.10..	evidenciados em contas de controle, observando-se as rubricas previstas no PCASP.	Consoante a análise da Relação consolidada dos precatórios judiciais – RELPRE, a Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Águia Branca apresentou precatórios judiciais no valor de R\$ 1.766.139,37, pagos no exercício de 2024.	Consoante a análise da Relação consolidada dos precatórios judiciais – RELPRE, a Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Águia Branca apresentou precatórios judiciais no valor de R\$ 1.766.139,37, pagos no exercício de 2024.
--	--	--	-------------------------	---	--	--

Ponto de Controle 2.3.2 – Dívida pública – precatórios - pagamento						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.3.2	Dívida Pública – precatórios - pagamento	DEMDIFD – Demonstrativo da Dívida Fundada DEMDFLT – Demonstrativo da Dívida Flutuante BALVER – Balancete de Verificação	CRFB/88, art.100 c/c Lei 4.320/64, art.67.	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	Conforme análise dos Demonstrativos da Dívida Fundada e Demonstrativo da Dívida Flutuante, em conciliação com o Balancete de Verificação, os precatórios judiciais foram pagos dentro do exercício financeiro.	DEMDIFD – Demonstrativo da Dívida Fundada R\$ 0,00 DEMDFLT – Demonstrativo da Dívida Flutuante R\$ 0,00 BALVER: Precatórios de pessoal – Regime Especial – a partir de 05/05/2000 – não vencido: R\$ 199.591,81 Pessoal a pagar – sentenças judiciais: R\$ 1.566.547,56



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2.4 Limites constitucionais e legais

Ponto de Controle 2.4.2 – Dívida Pública evidenciação no RGF						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.2	Dívida pública – precatórios – integração na dívida consolidada	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º semestre - Anexo II – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida Relatório automatizado de demonstrativos do Sistema Cidades BALVER – Balancete de Verificação	LC 101/2000, art. 30, §7º	Avaliar se os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento que nele foram incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites estabelecidos pela Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	Conforme análise do Relatório de gestão Fiscal – RGF, no exercício de 2024, o Município de Águia não contém em sua Dívida Consolidada Líquida precatórios judiciais pendentes de pagamento. Registra-se ainda, conforme análise do Balancete de Verificação, que os precatórios judiciais foram pagos dentro do exercício financeiro.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Bimestre – Anexo II – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Precatórios anteriores a 05/05/2000: R\$ 0,00 - Precatórios posteriores a 05/05/2000: R\$ 0,00 Valores pagos a título de precatórios no exercício de 2024: BALVER: Precatórios de pessoal – Regime Especial – a partir de 05/05/2000 – não vencido: R\$ 199.591,81 Pessoal a pagar – sentenças judiciais: R\$ 1.566.547,56



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.4.6 – Operação de crédito – instituição financeira

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.6	Operação de crédito instituição financeira controlada	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Relatório automatizado de demonstrativos do Sistema Cidades	LC 101/2000, art. 36. Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 17.	Avaliar se o Estado/Município realizou operação de crédito com instituição financeira estatal sob seu controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo, bem como se contratou operações de crédito em que tenha sido prestada garantia ao Estado/Município por instituição financeira por ele controlada.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2024.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – Valor: 0,00 Relatório automatizado de demonstrativos do Sistema Cidades

Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2024.

Ponto de Controle 2.4.9 – Operação de crédito – vedações

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.9	Operação de crédito - vedações	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 RGF – Relatório de Gestão Fiscal –	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 5º	Avaliar se o Estado/Município incorreu em qualquer das vedações previstas no art. 5º, da Resolução nº 43/2001, do Senado	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2024.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – Valor: R\$ 0,00



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		Anexo II Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida Relatório automatizado de demonstrativos do Sistema Cidades		Federal.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal – Anexo II - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, verifica-se que por ocasião da ausência de Dívida Consolidada Líquida, não há incorrência do Município em qualquer das vedações do art. 5º, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – Anexo II Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida.
--	--	---	--	----------	--	---

Ponto de Controle 2.4.10 – Operação de crédito – Regra de Ouro						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.10	Operação de crédito - Regra de Ouro	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária – Anexo 1 – Balanço orçamentário RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária – Anexo 09 – Demonstrativo das Receitas de operações de crédito e despesas de capital (Regra de ouro)	CRFB/88, art. 167, inciso III	Avaliar se houve realização de operação de crédito em valor superior ao montante das despesas de capital, apurado na forma estabelecida pelo art. 6º, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2024. Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito) considerando a ausência de realização de Operações de crédito, não se opera o descumprimento das normas do art. 6º, da Resolução	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito Valor de Operação de crédito: R\$ 0,00 RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária – Anexo 1 – Balanço Orçamentário Monta de Despesas de Capital previsto: R\$ 20.722.170,46 RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária – Anexo 09 – Demonstrativo das Receitas de operações de crédito e despesas de capital (Regra de ouro) Previsão de Receita de Operação de



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		Relatório automatizado de demonstrativos do Sistema Cidades			nº 43/2001 do Senado Federal, assim como verifica-se o cumprimento da regra de ouro.	Crédito: R\$ 100.000,00
--	--	---	--	--	--	--

Ponto de Controle 2.4.11 – Operação de crédito – limite global						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.11	Operação de crédito limite global	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 Relatório automatizado de demonstrativos do Sistema Cidades	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 7º, inciso I.	Avaliar se o montante global das operações de crédito realizadas pelo Estado/Município no exercício financeiro ultrapassou o limite de 16% (dezesseis por cento) da receita corrente líquida. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2024. Além disso, verifica-se que por ocasião da ausência de realização de Operações de crédito, não há extrapolação do limite definido pelo art. 6º, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito Valor: R\$ 0,00 Limite definido pelo art. 6º, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal: R\$ 12.117.067,65 Percentual definido sobre a RCL ajustada: 16%

Infere-se, conforme registrado no Relatório de Gestão Fiscal, que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no ano de 2024. Desse modo, não se aplica, para fins de avaliação de limite global a normativa constante da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.4.12 – Operação de crédito – limite para amortizações, juros e mais encargos

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.12	Operação de crédito limite para amortizações, juros e mais encargos	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 RGF – Relatório de Gestão Fiscal – Anexo II Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida Relatório automatizado de demonstrativos do Sistema Cidades	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 7º, inciso II.	Avaliar se o comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, não excede a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), averificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2024. Considerando a não realização de operações de crédito no exercício, não se opera o descumprimento das normas do art. 7º, inciso II da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – Valor: R\$ 0,00 RGF – Relatório de Gestão Fiscal – Anexo II Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida Valor: (R\$ 49.080.198,76)

Em consonância com os pontos de controle avaliados, a Prefeitura Municipal de Águia Branca, não realizou contratos de operações de crédito no ano de 2024, sendo assim, não se faz necessário a avaliação quanto ao comprometimento com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.4.13 – Operação de crédito – atendimento às condições para contratação

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.13	Operação de crédito – atendimento às condições para contratação	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 3 Relatório automatizado de demonstrativos do Sistema Cidades	LC 101/2000, art. 40 e Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 18.	Verificar se foram observadas as condições para contratação de operação de crédito estabelecidas no artigo 40 da LRF e art. 18 da Resolução do Senado Federal.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2024. Desse modo, não se demonstrou necessária a análise das condições para contratação de crédito estabelecidas no artigo 40 da LRF e art. 18 da Resolução do Senado Federal.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito Valor: R\$ 0,00

Ponto de Controle 2.4.15 – Garantias e contragarantias limite

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.15	Garantias e contragarantias limite	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 3 Relatório automatizado do demonstrativo no Sistema Cidades	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 9º.	Avaliar se o saldo global das garantias concedidas pelo Estado/Município não excedeu 22% (vinte e dois por cento) da receita corrente líquida. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 3 (Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de valores), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2024. Nesse sentido, da análise do Demonstrativo de garantias e	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 3 – Demonstrativo das garantias e contragarantias de valores - 2º Semestre: R\$ 0,00 Limite definido por Resolução nº 43/2001 do Senado Federal:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					contragarantias de valores, não foi concedida garantias no exercício de 2024.	Valor: R\$ 16.660.968,02 Percentual: 22% Total de garantias concedidas: R\$ 0,00
--	--	--	--	--	---	---

Ponto de Controle 2.4.17 – Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – exigências para contratação						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.17	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – exigências para contratação	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre Relatório automatizado do demonstrativo no Sistema Cidades	LC 101/2000, art. 38, incisos I, II e III	Avaliar se houve contratação de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício. Existindo, avaliar se foram observadas as exigências contidas nos incisos I, II e III, do artigo 38 da LRF.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2024. Considerando a não ocorrência de operações de crédito, não se opera a análise das exigências contidas nos incisos I, II e III, do artigo 38 da LRF.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito Valor: R\$ 0,00 Antecipação da Receita pela venda a termo de bens e serviços: R\$0,00



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.4.18 – Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – vedações

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.18	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – vedações	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Relatório automatizado do demonstrativo no Sistema Cidades	LC 101/2000, art. 38, incisos IV	Avaliar se houve contratação de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício nas situações vedadas pelo inciso IV, do artigo 38 da LRF.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2024. Considerando a não ocorrência de operações de crédito, não se opera a análise das situações vedadas no inciso IV do artigo 38 da LRF.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito Valor: R\$ 0,00 Antecipação da Receita pela venda a termo de bens e serviços: R\$0,00

2.5 Gestão Previdenciária

Ponto de Controle 2.5.27 – Hipóteses Atuariais - Definição

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.5.27	Hipóteses Atuariais - Definição	HIPOTES – Relatório de Análise de hipóteses atuariais da PCA do RPPS	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69;	Verificar se estão sendo eleitas as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e	HIPOTES – Relatório de Análise de hipóteses atuariais	HIPOTES – Relatório de Análise de hipóteses atuariais



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		DEMAAT – Avaliação atuarial anual	Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. I; Portaria MTP 1.467/2022, art. 33.	financeiras mais adequadas às características da massa de segurado e de seus dependentes para o correto dimensionamento dos compromissos futuros do RPPS.	Planilha ISP – Resultado Final 2024: https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indice-de-situacao-previdenciaria Relatório do ISP 2024 demonstrando que o RPPS do Município de Águia Branca é classificado no grupo de pequeno porte. Considerando o ISP-RPPS 2024, publicado em 03 de dezembro de 2024, o RPPS de ÁGUA BRANCA – ES possui o GRUPO DE PORTE classificado como PEQUENO PORTE não possuindo a obrigatoriedade de elaboração do relatório de Análise das Hipóteses.	Planilha ISP – Resultado Final 2024: https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indice-de-situacao-previdenciaria Relatório do ISP 2024 demonstrando que o RPPS do Município de Águia Branca é classificado no grupo de pequeno porte. Considerando o ISP-RPPS 2024, publicado em 03 de dezembro de 2024, o RPPS de ÁGUA BRANCA – ES possui o GRUPO DE PORTE classificado como PEQUENO PORTE não possuindo a obrigatoriedade de elaboração do relatório de Análise das Hipóteses.
Ponto de Controle 2.5.28 – Hipóteses Atuariais – Eleição conjunta						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.5.28	Hipóteses Atuariais – Eleição conjunta	HIPOTES – Relatório de Análise de hipóteses atuariais da PCA do RPPS DEMAAT – Avaliação atuarial anual	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. I; Portaria MTP 1.467/2022,	Verificar se as hipóteses estão sendo escolhidas conjuntamente pelo ente federativo, a unidade gestora do RPPS e o atuário responsável pela elaboração da avaliação atuarial.	Planilha ISP – Resultado Final 2024: https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indice-de-situacao-previdenciaria Relatório do ISP 2024 demonstrando que o RPPS do	Planilha ISP – Resultado Final 2024: https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indice-de-situacao-previdenciaria Relatório do ISP 2024 demonstrando que o RPPS do



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

			art. 33.		Município de Águia Branca é classificado no grupo de pequeno porte. Considerando o ISP-RPPS 2024, publicado em 03 de dezembro de 2024, o RPPS de ÁGUA BRANCA – ES possui o GRUPO DE PORTE classificado como PEQUENO PORTE não possuindo a obrigatoriedade de elaboração do relatório de Análise das Hipóteses.	Município de Águia Branca é classificado no grupo de pequeno porte. Considerando o ISP-RPPS 2024, publicado em 03 de dezembro de 2024, o RPPS de ÁGUA BRANCA – ES possui o GRUPO DE PORTE classificado como PEQUENO PORTE não possuindo a obrigatoriedade de elaboração do relatório de Análise das Hipóteses.
--	--	--	----------	--	---	---



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

1.2 CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
1.2.13	Análise Financeira do RPPS BALFIN - RPPS Receitas Orçamentárias: R\$ 9.590.746,67 BALEXOR - RPPS Receitas Orçamentárias: R\$ 9.590.746,67 BALVER – Consolidado 3.5.1.3.2.02.01 - RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA: R\$ 0,00 DEMVAP - RPPS Rendimentos de Aplicações financeiras: R\$ 3.106.288,03 BALVER – Consolidado 4.4.5.2.1.00.00 - REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS – CONSOLIDAÇÃO: R\$ 3.106.288,03 BALVER - RPPS Cobertura do Déficit Atuarial – Contribuição suplementar – Fundo em capitalização – Intra OFSS R\$ 3.073.112,04 BALVER – Consolidado 4.5.1.3.2.02.05 - COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL – CONTRIBUIÇÃO SUPLEMENTAR - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - INTRA OFSS: R\$ 3.073.112,04 BALEXOD - RPPS Despesas empenhadas: R\$ 6.345.745,78 Valor de insuficiência financeira: R\$ 2.934.399,18 Consoante a análise do Processo nº 2903/2024, ao qual foram verificados mensalmente a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações do RPPS em cada exercício financeiro através dos Relatórios encaminhados pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos, obteve-se resultado final de insuficiência financeira no valor de R\$	Durante o exercício foram encaminhados diversos alertas à Unidade gestora quanto a necessidade de realizar a cobertura de insuficiência financeira do RPPS. Denota-se que no exercício de 2024, foram encaminhados os Ofícios de Submissão de Achados (OFÍCIO/CGM/113/2024, OFÍCIO/CGM/133/2024, OFÍCIO/CGM/144/2024, OFÍCIO/CGM/150/2024 e OFÍCIO/CGM/010/2025) à Prefeitura Municipal de Águia Branca com a finalidade de que o órgão responsável informasse as providências adotadas para solucionar o desequilíbrio financeiro apurado no RPPS, contudo, se mantendo <i>inerte</i> em todos os Ofícios encaminhados.	Aporte não realizado pelo Município de Águia Branca no exercício de 2024.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	<p>2.935.289,43 (dois milhões novecentos e trinta e cinco mil e duzentos e oitenta e nove reais e quarenta e três centavos).</p> <p>Contudo, da análise dos demonstrativos BALVER – Balancete de Verificação, BALFIN – Balanço Financeiro, DEMVAP – Demonstrativo das Variações Patrimoniais, BALEXOR – Balancete Orçamentário da Receita e BALEXOD – Balancete Orçamentário da despesa da unidade gestora do RPPS, em conjunto com dados constantes no BALVER – Balancete de Verificação Consolidado, apurou-se no exercício de 2024, o valor de insuficiência financeira de R\$ 2.934.399,18 (dois milhões novecentos e trinta e quatro mil trezentos e noventa e nove reais e dezoito centavos).</p> <p>Desse modo, conclui-se pela não equivalência entre receitas e despesas do RPPS no exercício financeiro, isto é, o RPPS apresentou insuficiência financeira reduzindo a formação de reservas com a utilização do rendimento de aplicações financeiras e as receitas destinadas a amortização do déficit atuarial.</p>		
1.2.14	<p><u>Lei Municipal nº 522/2002:</u> <u>Lei Municipal nº 523/2002:</u></p> <p>Equilíbrio Atuarial – Medidas adotadas</p> <p>Lei Municipal nº 1.789/2023 aprovada em 19.04.2023;</p> <p><u>Segurados:</u> Alíquota: 14%</p> <p>Patronal: Alíquota: 17%</p> <p>Custo Especial: Alíquota: 29,80%</p> <p>Lei Municipal nº 1.861/2024 aprovada em 27/02/2024; – Dispõe sobre a reavaliação atuarial/2024, institui o plano de amortização para o equacionamento do déficit atuarial, altera a alíquota de contribuição previdenciária devida pelo município ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS e mantém a alíquota de contribuição previdenciária devida pelo segurado, aposentado e pensionista, e dá outras providências.</p> <p><u>Segurados:</u> Alíquota: 14%</p> <p>Patronal: Alíquota: 28%</p>	<p>Denota-se que no exercício de 2024, foram encaminhados os Ofícios de Submissão de Achados (OFÍCIO/CGM/113/2024, OFÍCIO/CGM/133/2024, OFÍCIO/CGM/144/2024, OFÍCIO/CGM/150/2024 e OFÍCIO/CGM/010/2025) à Prefeitura Municipal de Águia Branca com a finalidade de que o órgão responsável informasse as providências adotadas para solucionar o desequilíbrio financeiro apurado no RPPS, contudo, se mantendo <i>inerte</i> em todos os Ofícios encaminhados.</p>	<p>Aporte não realizado pelo Município de Águia Branca no exercício de 2024.</p>



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	<p>Custo Especial: Alíquota: 40%</p> <p>Análise do arquivo RELCUST para avaliar se foram adotadas medidas para reequilíbrio do RPPS</p> <p>Equilíbrio Financeiro – Medidas adotadas Não foram verificadas medidas adotadas pela Unidade gestora – Prefeitura Municipal de Águia Branca para cobertura do Déficit Financeiro do RPPS no exercício de 2024.</p> <p>Ofícios encaminhados ao ente mantenedor com a respectiva cobrança de adoção de medidas:</p> <p>OFÍCIO/CGM/113/2024 OFÍCIO/CGM/133/2024 OFÍCIO/CGM/144/2024 OFÍCIO/CGM/150/2024 OFÍCIO/CGM/010/2025</p>		
1.3.6	<p>Processo de Auditoria nº 5260/2024 avaliou se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa tributária municipal por meio de protestos e execução fiscal no exercício de 2024.</p> <p>Durante a análise realizada verificou-se que o Setor Tributário Municipal e o Setor de Procuradoria Jurídica não promoveram a cobrança regular da Dívida Ativa Municipal.</p> <p>Valor de Dívida Ativa Tributária no final do exercício de 2024: R\$ 1.054.121,82</p> <p>Em análise do Demonstrativo de dívida ativa em cobrança judicial e extrajudicial – DEMDAT e Quadro auxiliar ao Demonstrativo de dívida ativa em cobrança judicial e extrajudicial - DEMDATA, denota-se que não foi realizado no exercício de 2024 a cobrança de dívida ativa extrajudicial e judicial.</p> <p>Da Análise do DEMDAT e DEMDATA, consignou-se que:</p> <p>Valor Atual em Dívida Ativa Tributária final de 2024: R\$ 1.054.121,82</p> <p>Valor Anterior em Dívida Ativa Tributária: R\$ 875.533,70</p> <p>Aumento da Dívida Ativa Tributária em 2024: R\$ 178.588,12</p>	<p>Consoante análise realizada através do Processo de Auditoria nº 5260/2024, verifica-se que a Prefeitura Municipal de Águia Branca não promoveu a cobrança regular da Dívida Ativa Municipal no exercício de 2024.</p> <p>Durante os procedimentos de Auditoria realizados verificou-se a ausência de rotina de cobrança extrajudicial da Secretaria Municipal de Finanças, no envio das certidões de dívida ativa tributária para protesto e a falha no procedimento de cobrança extrajudicial adotado pelo Setor de Tributação Municipal. Além disso, verificou-se a ausência de rotina de ajuizamento de ações de Execução Fiscal dos créditos inscritos em Dívida Ativa pelo Setor de Procuradoria Jurídica Municipal, o que pode ocasionar a Prescrição do Crédito Tributário, a potencial perda de arrecadação, ante a omissão de utilização de recurso legal e a possibilidade do ente público não atender a efetiva arrecadação prevista no art. 11, caput, da LRF.</p>	<p>Não cumprida</p>



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		Nesses termos, consoante o não atendimento da disposição legal, foram encaminhadas proposições de melhoria a Unidade Gestora com a finalidade de que adote medidas suficientes a efetivação da cobrança regular da Dívida Ativa Municipal.	
2.1.12	Em análise a LDO, através do Demonstrativo 7 – Anexo de Metas Fiscais, Estimativa e Compensação de Renúncia de Receita, verifica-se que o Município de Águia Branca não realizou previsão dotação orçamentária para renúncia de receitas.	Recomenda-se ao Chefe do Poder Executivo Municipal que obedeça fielmente às regras constantes na Lei de Responsabilidade Fiscal, no tocante às disposições contidas no art. 14, inciso I e II da LRF, estabelecendo nas peças de planejamento medidas de compensação quando da realização de Renúncia de Receita.	Em andamento.
2.1.14	<p>Em análise a previsão de dotação orçamentária para pagamentos de precatórios, verificou-se que o Município de Águia Branca através da Lei Orçamentária Anual – LOA (Lei 1.836/2023) do exercício de 2024, através do Quadro do Detalhamento da Despesa - Projeto Atividade 004.0412200123.006 – pagamentos de sentenças judiciais devidas, realizou previsão de recursos para pagamento de precatórios.</p> <p>Valor previsto na LOA: R\$ 1.550.000,00</p> <p>Denota-se que foram apresentados precatórios judiciais até o dia 02 de abril do exercício vigente, na forma do §5º do artigo 100 da CRFB/88.</p> <p>Valor de Precatórios apresentados até o dia 02/04/2023 para pagamento até o dia 31/12/2024: R\$ 1.766.139,37</p> <p>Valor de sentenças judiciais (RPV): R\$ 201.799,83</p> <p>Conforme avaliação da Lei Orçamentária Anual – LOA, verifica-se a previsão no orçamento para fins de pagamento de débitos decorrentes de precatórios e sentenças judiciais no importe de R\$ 1.550.000,00 (um milhão quinhentos e cinquenta mil reais).</p> <p>Denota-se que foram apresentados precatórios judiciais até o dia 02 de abril, na forma do §5º do artigo 100 da CRFB/88, no</p>	Recomenda-se ao Chefe do Poder Executivo Municipal que, quando da elaboração das peças de planejamento LDO e LOA para o exercício financeiro seguinte, estabeleça previsão de dotação orçamentária e suficiente ao pagamento de débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constante dos precatórios judiciais apresentados até 02 de abril do exercício anterior, na forma do §5º do artigo 100 da CRFB/88.	Em andamento.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	<p>valor total de R\$1.766.139,37 (um milhão setecentos e sessenta e seis mil cento e trinta e nove reais e trinta e sete centavos).</p> <p>Nesse sentido, considerando o valor pago no Elemento de despesa: 33909100000 – sentenças judiciais no importe de R\$1.967.939,20 (um milhão novecentos e sessenta e sete mil e novecentos e trinta e nove reais e vinte centavos), em confronto com o valor orçado na LOA, verifica-se a insuficiência de previsão orçamentária para cobertura do pagamento dos débitos judiciais no exercício.</p>		
2.1.16	<p>Em análise ao arquivo DECPRO, verifica-se que no exercício de 2024 não foi elaborado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal ato normativo estabelecendo a Programação Financeira da despesa e cronograma mensal de desembolso.</p>	<p>Recomenda-se que o Chefe do Poder Executivo estabeleça através de ato normativo (Decreto) programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso para o próximo exercício de 2025.</p>	<p>Em andamento.</p>
2.2.3.23	<p>Processo de Auditoria nº 5260/2024 avaliou se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa tributária municipal por meio de protestos e execução fiscal no exercício de 2024.</p> <p>Durante a análise realizada verificou-se que o Setor Tributário Municipal não promoveu a cobrança regular da Dívida Ativa Municipal.</p> <p>Valor Atual em Dívida Ativa Tributária final de 2024: R\$ 1.054.121,82</p> <p>Valor Anterior em Dívida Ativa Tributária: R\$ 875.533,70</p> <p>Aumento da Dívida Ativa Tributária em 2024: R\$ 178.588,12</p>	<p>Recomenda-se que o Chefe do Poder Executivo determine ao Setor Tributário Municipal a adoção de medidas com vistas à cobrança da dívida ativa tributária.</p>	<p>Em andamento.</p>
2.2.3.24	<p>Processo de Auditoria nº 5260/2024 avaliou se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa tributária municipal por meio de protestos e execução fiscal no exercício de 2024.</p> <p>Durante a análise realizada verificou-se que o Setor Tributário Municipal não realizou protestos da Dívida Ativa Municipal no exercício de 2024.</p> <p>Valor Atual em Dívida Ativa Tributária final de 2024: R\$ 1.054.121,82</p> <p>Valor Anterior em Dívida Ativa Tributária: R\$ 875.533,70</p>	<p>Recomenda-se que o Chefe do Poder Executivo determine ao Setor Tributário Municipal a adoção de medidas com vistas à realização de procedimento de protesto extrajudicial dos créditos da dívida ativa tributária.</p>	<p>Em andamento.</p>



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	Aumento da Dívida Ativa Tributária em 2024: R\$ 178.588,12 Valor de Protestos da Dívida Ativa no exercício de 2024: R\$ 0,00		
2.2.3.25	<p>Processo de Auditoria nº 5260/2024 avaliou se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa tributária municipal por meio de protestos e execução fiscal no exercício de 2024.</p> <p>Durante a análise realizada verificou-se que o Setor Tributário Municipal não realizou cobranças administrativas da Dívida Ativa Municipal no exercício de 2024.</p> <p>Valor Atual em Dívida Ativa Tributária final de 2024: R\$ 1.054.121,82</p> <p>Valor Anterior em Dívida Ativa Tributária: R\$ 875.533,70</p> <p>Aumento da Dívida Ativa Tributária em 2024: R\$ 178.588,12</p>	Recomenda-se que o Chefe do Poder Executivo determine ao Setor Tributário Municipal a adoção de medidas com vistas a estabelecer rotinas de cobrança administrativas reiteradas anuais com a finalidade de realizar a cobrança da dívida ativa tributária.	Em andamento.
2.2.3.26	<p>Processo de Auditoria nº 5260/2024 avaliou se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa tributária municipal por meio de protestos e execução fiscal no exercício de 2024.</p> <p>Durante a análise realizada verificou-se que a Procuradoria Jurídica Municipal não promoveu execuções fiscais da Dívida Ativa Municipal no exercício de 2024.</p>	Recomenda-se que o Chefe do Poder Executivo determine ao Setor de Procuradoria Jurídica Municipal que realize o ajuizamento de ações de execução fiscal sobre os créditos de dívida ativa municipal.	Em andamento.

Após verificação dos documentos que compõe a Prestação de Contas Anual do exercício de 2024, e demais itens que foram objeto de Auditoria, foram encontrados achados nos pontos de controle 1.2.13, 1.2.14, 1.3.6, 2.1.12, 2.1.14, 2.1.16, 2.2.3.23, 2.2.3.24, 2.2.3.25 e 2.2.3.26 que seguem com recomendações de proposição de melhoria.

Quanto aos pontos de controle 1.2.13 e 1.2.14 calha tecer alguns comentários.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Denota-se que, no exercício de 2024 o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Águia Branca não foi capaz de manter o equilíbrio financeiro visto que recursos previdenciários destinados ao equacionamento do déficit atuarial do regime em capitalização foram utilizados no pagamento de benefícios previdenciários, interferindo na capacidade de formação de reservas do RPPS conforme consta na tabela a seguir:

Análise financeira do RPPS	
Receitas	
(+) Receitas Orçamentárias	9.590.746,67
(+) Cobertura de Déficit Financeiro – Fundo em Capitalização (Aporte do ente)	0,00
(-) Rendimentos de Aplicações financeiras	3.106.288,03
(-) Receita para amortização de déficit atuarial – Contribuição suplementar – Fundo em Capitalização	3.073.112,04
(-) Despesas empenhadas	6.345.745,78
(=) Insuficiência financeira	(2.934.399,18)

Fonte: BALFIN-RPPS; DEMVAP-RPPS; BALEXOD-RPPS; BALEXOR-RPPS; BALVER-RPPS; BALVER-consolidado

Nesse sentido, durante a análise realizada pelo Controle Interno Municipal concluiu-se pela não equivalência entre receitas e despesas do RPPS no exercício financeiro, isto é, o RPPS apresentou insuficiência financeira reduzindo a formação de reservas com a utilização do rendimento de aplicações financeiras e as receitas destinadas a amortização do déficit atuarial.

No entanto, vale registrar o Prejulgado TC nº 916/2023-1, ao qual o Tribunal de Contas Estadual fixou tese no Acórdão TC 1063/2024-6, com vigência a partir de 2026 acerca da obrigatoriedade de aportes financeiros do Município para cobertura de insuficiências financeiras no pagamento de benefícios previdenciários do RPPS.

Desse modo, o Controle Interno Municipal encaminhará **ALERTA** ao Chefe do Poder Executivo Municipal para que garanta o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS a partir do ano de 2026, com a devida realização de aportes financeiros do Município para cobertura de insuficiências financeiras no pagamento de benefícios previdenciários do RPPS em observância aos arts. 1º, caput; e 2º, § 1º, da Lei 9.717/1998; e ao Acórdão TC 1063/2024-6 (Proc. TC 916/2023-1).



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

1.3 Da Gestão orçamentária, financeira, patrimonial

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei nº 1.794/2023, elaborada nos termos do §2º, do art. 165 da CF/88, compreendeu as diretrizes, objetivos, prioridades e metas do orçamento do Município, definindo os programas prioritários de governo e estabelecendo, dentre outras diretrizes, os riscos e metas fiscais a serem observados na execução orçamentária.

Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual do Município, Lei nº 1.836/2023, estimou a receita e fixou a despesa em R\$74.500.000,00 para o exercício de 2024, que somado a abertura de créditos adicionais no valor de R\$59.274.260,90, gerou dotação de despesa autorizada no final do exercício de R\$133.774.260,90.

Em análise ao cumprimento das Metas Fiscais Arrecadação de Receita, constata-se que o Município cumpriu com o limite de arrecadação previsto na LDO de R\$ 82.635.937,92, alcançando ao final do exercício de 2024, o valor apurado de Arrecadação de R\$ 91.386.167,25.

Consoante o total da despesa empenhada no exercício de 2024 no valor de R\$84.814.225,05, verificou-se que foram pagos no mesmo exercício o montante de R\$83.274.338,03.

No tocante a execução financeira evidenciada no Balanço Financeiro, denota-se que esta compreende a execução das receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, que, somados ao saldo do exercício anterior, resultará no saldo para o exercício seguinte, conforme sintetizamos abaixo:

Balanço Financeiro Consolidado	
Saldo em espécie do exercício anterior	49.650.870,20
Receitas orçamentárias	86.267.073,94
Transferências financeiras recebidas	0,00
Outras movimentações financeiras recebidas	3.062.286,20
Recebimentos extraorçamentários	8.989.522,81
(-) Despesas orçamentárias	79.695.131,74
(-) Transferências financeiras concedidas	0,00
(-) Outras movimentações financeiras	4.398.976,64
(-) Pagamentos extraorçamentários	13.807.537,60
Saldo em espécie para o exercício seguinte	50.068.107,17
Saldo apresentado no BALFIN	50.068.107,17
Divergência	0,00

Fonte: BALFIN Consolidado/2024.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Destaca-se a seguir, o saldo contábil das disponibilidades apresentadas nos termos de verificação, conforme tabela abaixo:

Disponibilidades	
Unidades Gestoras	
Prefeitura Municipal de Águia Branca	45.969.072,81
Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca	3.359.339,29
Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Águia Branca	47.182.808,38
Câmara Municipal de Águia Branca	0,00
Total (TVDISP por UG)	96.511.220,48

Fonte: TVDISP das UG's 2024

Quanto a Gestão Patrimonial, no tocante as alterações quantitativas, decorrentes de transações que aumentam ou diminuem o patrimônio público, provocam alterações nos elementos patrimoniais, refletindo em resultados aumentativos ou diminutivos no patrimônio líquido, verifica-se pela Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), que, no exercício de 2024, o Município apresentou superávit no resultado patrimonial no valor de R\$ 3.203.698,56, conforme evidenciase, sinteticamente na tabela abaixo:

Síntese da DVP (Consolidado)	
Variações patrimoniais aumentativas (VPA)	98.009.060,45
Variações patrimoniais diminutivas (VPD)	94.805.361,89
Resultado patrimonial do período	3.203.698,56

Fonte: DEMVAP/2024

Dessa forma, o resultado das variações patrimoniais quantitativas refletiu positivamente no patrimônio do Município.

Ressalta-se ainda, que durante o exercício as Unidades gestoras realizaram constantes atualizações no Inventário dos bens, realizando procedimentos de depreciação e reavaliação de bens, e realizando investimentos em bens imóveis o que impactou no resultado final.

A situação patrimonial, qualitativa e quantitativamente, se evidencia por meio do Balanço Patrimonial. Apresenta-se, na tabela seguinte, a situação patrimonial do Município, no encerramento do exercício em análise:

Síntese do Balanço Patrimonial (Consolidado)		
Especificação	2024	2023
Ativo Circulante	98.486.087,23	96.393.436,17
Ativo não Circulante	92.463.132,48	81.146.565,04
Passivo Circulante	4.784.651,97	3.712.774,04
Passivo não Circulante	97.014.960,11	94.413.158,07
Patrimônio líquido	82.618.074,35	79.414.055,12

Fonte: BALPAT/2024 - Consolidado



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Denota-se que o Município de Águia Branca apresentou resultado positivo quanto a variação patrimonial com aumento de patrimônio líquido no valor de R\$3.204.019,23 do ano de 2023 para o exercício de 2024.

No tocante aos restos a pagar, verifica-se que o Município de Águia Branca apresentou saldo de R\$ 7.304.475,94 de restos a pagar no final do exercício de 2024, sendo R\$ 191.202,87 de Restos a pagar processados e R\$ 7.113.273,07 de restos a pagar não processados.

Além disso, verificou-se no final do exercício de 2024, disponibilidade financeira no valor de R\$ 96.511.220,48, suficiente a cumprir com os valores inscritos em restos a pagar e com as demais obrigações financeiras.

1.4 Da Gestão Fiscal

Quanto a Gestão Fiscal, apurou-se que o Município de Águia Branca respeitou os limites constitucionais e legais previstos.

Em relação à Educação, consoante os critérios estabelecidos no art. 212, *caput*, da Constituição Federal, constata-se que o Município cumpriu o limite de aplicação do MDE no exercício em análise, aplicando 28,20% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

No tocante a destinação de gastos com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para o pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, constata-se que o Município cumpriu o limite constitucional de destinação em proporção não inferior a 70%, destinando no exercício em análise, o percentual de 70,61% dos recursos do FUNDEB para remuneração de profissionais da educação básica, em conformidade com o art.212-A, inciso XI, da Constituição Federal.

Na saúde, considerando o preceito constitucional previsto no art. 77, inciso III, do ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal verifica-se que o Município cumpriu o limite estabelecido na norma



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

constitucional, aplicando o percentual de 17,69% em ações e serviços públicos de saúde.

Quanto à despesa com pessoal, verifica-se que o Município de Águia Branca respeitou os limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo apurado no exercício de 2024, o percentual de 37,46% de despesas totais com pessoal do Poder Executivo Municipal sobre a Receita Corrente Líquida.

Consoante a Dívida Consolidada Líquida no final do exercício em análise denota-se que o Município de Águia Branca não dispõe de DCL, porquanto não se submete aos limites estabelecidos no art. 3º e 4º da Resolução 40/2001 do Senado Federal, e na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quanto às operações de crédito, verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou, no exercício em análise, operações de crédito.

Quanto aos precatórios judiciais, verifica-se que o Município de Águia Branca efetuou pagamento de precatórios no exercício de 2024 no valor total de R\$1.967.939,20.

1.5 Da Gestão Previdenciária

No tocante a Gestão Previdenciária, case salientar que o Regime Próprio de Previdência no Município de Águia Branca, foi instituído por meio de Lei Municipal nº 523/2002.

Consoante análise da supracitada lei, verifica-se que o plano de benefícios concedido aos seus segurados se encontra previsto no art. 17 da referida legislação, e compreende as seguintes prestações:

Art. 17. O regime de previdência social de que trata esta Lei, compreende as seguintes prestações:

I – quanto ao segurado:

- a) Aposentadoria por invalidez;*
- b) Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição;*
- c) Aposentadoria voluntária por implemento de idade;*
- d) Aposentadoria compulsória.*

II – quanto ao dependente:

- a) Pensão por morte do segurado;*
- b) Pensão por desaparecimento ou ausência do segurado.*



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Para custear tais benefícios, por meio do art. 67 da Lei Municipal 523/2002, foram fixadas as seguintes receitas em seu plano de custeio:

Art. 67. (...)

I. contribuições sociais do Município de Águia Branca, bem como por seus Poderes, suas autarquias e por suas fundações públicas empregadoras;

II. contribuições sociais dos segurados;

III. rendimentos das aplicações financeiras e de demais investimentos realizados com as receitas previstas neste art.;

IV. aluguéis e outros rendimentos não financeiros do seu patrimônio;

V. bens, direitos e ativos transferidos pelo Município ou por terceiros;

VI. outros bens não financeiros cuja propriedade lhe for transferida pelo Município ou por terceiros;

VII. recursos provenientes de convênios, contratos, acordos ou ajustes de prestação de serviços ao Município ou a outrem;

VIII. verbas oriundas da compensação financeira para os benefícios de aposentadoria e pensão entre os regimes previdenciários na forma da legislação específica;

IX. dotações orçamentárias;

X. transferências de recursos e subvenções consignadas no orçamento do Município;

XI. doações, legados, auxílios, subvenções e outras rendas extraordinárias ou eventuais;

XII. outras rendas, extraordinárias ou eventuais.

Além disso, as contribuições previdenciárias do servidor e a patronal deverão ser repassadas ao RPPS até o décimo (10º) dia útil do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador, nos termos do art. 79 da Lei Municipal nº 523/2002.

Quanto à alíquota de contribuição previdenciária dos servidores, esta se encontra estabelecida no percentual de 14,00% da base de cálculo, nos termos do art. 1º da Lei Municipal nº 1.789/2023 e art. 1º da Lei nº 1.861/2024.

Quanto às medidas de reequilíbrio atuarial, verifica-se a evolução com aumento da alíquota patronal destinada aos custos especiais de 29,80% em 2023, para 40% em 2024, conforme tabela de equacionamento do Déficit Atuarial, disposta na Lei nº 1.861/2024.

Em relação à alíquota patronal de custeio normal, constata-se que foi destinado ao custeamento dos benefícios previdenciários contribuição no percentual de 28% incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Dessa forma, conclui-se que o Município de Águia Branca vem adotando medidas com vistas a manter o equilíbrio do equacionamento do déficit atuarial do RPPS, bem como, realizou de forma satisfatória o recolhimento e repasse integral das contribuições previdenciárias devidas ao RPPS, no exercício de 2024.

Quanto ao Equilíbrio financeiro do RPPS, verifica-se através de análise contábil que o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Águia Branca apresentou insuficiência financeira no exercício de 2024, reduzindo a formação de reservas com a utilização do rendimento de aplicações financeiras e as receitas destinadas a amortização do déficit atuarial, apresentando insuficiência financeira ao final do exercício no valor de R\$ 2.934.399,18 (dois milhões novecentos e trinta e quatro mil trezentos e noventa e nove reais e dezoito centavos).

Assevera-se que **NÃO** foram realizadas transferências financeiras pelo ente municipal para fins de cobertura de Déficit financeiro do RPPS. Desse modo, é imprescindível a necessidade urgente da adoção de medidas com vistas a promover o reequilíbrio financeiro do RPPS.

Consoante a tese fixada pelo Tribunal de Contas Estadual no Acórdão TC 1063/2024-6 do Prejulgado TC nº 916/2023-1, acerca da obrigatoriedade de aportes financeiros do Município para cobertura de insuficiências financeiras no pagamento de benefícios previdenciários do RPPS, **com vigência a partir de 2026**, o Controle Interno Municipal encaminhará **ALERTAS** ao Chefe do Poder Executivo Municipal para que garanta o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, com a devida realização de aportes financeiros do Município para cobertura de insuficiências financeiras no pagamento de benefícios previdenciários do RPPS em observância aos arts. 1º, caput; e 2º, § 1º, da Lei 9.717/1998; e ao Acórdão TC 1063/2024-6 (Proc. TC 916/2023-1).

2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual da entidade - Município de Águia Branca elaborada sob a responsabilidade do Exmo. Sr. Jailson José Quiuqui, Chefe do Poder Executivo Municipal no exercício de 2024.

Em nossa opinião, tendo como base os pontos de controle avaliados, elencados no **item 1.1** desta manifestação, previstos na IN 68/2020 do TCEES, e os documentos componentes da Prestação de Contas Anual, apresentados a esta



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Unidade Central de Controle Interno, a referida Prestação de Contas se encontra **REGULAR COM RESSALVAS.**

No tocantes as ressalvas, reputa-se que se refere aos achados 1.2.13, 1.2.14, 1.3.6, 2.1.12, 2.1.14, 2.1.16, 2.2.3.23, 2.2.3.24, 2.2.3.25 e 2.2.3.26 constantes nas proposições elencadas no **item 1.2** deste RELOCI.

Consoante as razões que levaram a abstenção do Controle Interno da análise de alguns itens da IN 68/2020 do TCEES, depreende-se que, a alta demanda encaminhada por outros órgãos de controle externo, aliado a insuficiência de carga horária da única servidora efetiva no cargo de Auditor Público Interno, formada em Ciências Contábeis que possui carga horária semanal de 20 (vinte) horas para atendimento da demanda de 04 (quatro) unidades gestoras, prejudicou o alcance de forma efetiva dos pontos de análise contábil, descritos na IN 68/2020 do TCEES.

Águia Branca/ES, 29 de março de 2025.

MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES

Controladora Geral do Município
OAB/ES 29.295 - Decreto nº 9.245/2021